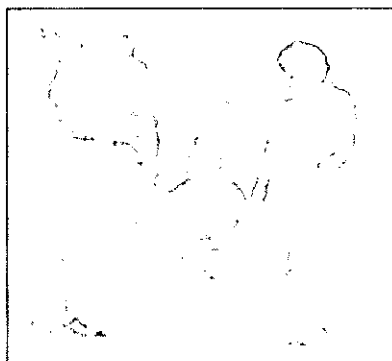


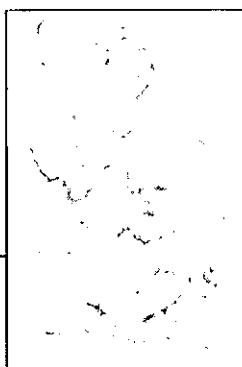


INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL



Estatísticas da Protecção Social

1999



Catálogo recomendada

ESTATÍSTICAS DA PROTECÇÃO SOCIAL. Lisboa, 1998-
Estatísticas da protecção social / ed. Instituto Nacional de
Estatística. - 1995-1996- . - Lisboa : I.N.E., 1998- . -
30 cm
Anual. - Continuação de : Estatísticas de protecção social,
associações sindicais e patronais = ISSN 0870-4406
ISSN 0874-1476
ISBN 972-673-522-X

Director

Presidente do Conselho de Administração
Pro. Dr. Paulo Gomes

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 73

Composto

INE - Dep. Estatísticas Demográficas e Sociais

Capa

INE - Dep. Difusão e Promoção
NED - Helena Nogueira

Impressão

INE - Secção de Artes Gráficas

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal n.º 121729/98

Preço: 2 400\$00 (IVA incluído)
€ 11,97

O INE na Internet
<http://www.ine.pt>

SUMÁRIO

A presente publicação tem por objectivo a caracterização da Protecção Social em Portugal, mediante a divulgação dos dados de 1999 e alguns dados retrospectivos.

Em 1999 os montantes despendidos em protecção social totalizaram 5 183 042 milhões de escudos. Do total de despesas, 82,5% foram concedidos em prestações sociais. Os restantes 17,5% repartiram-se entre custos de funcionamento, outras despesas e transferências.

No que diz respeito ao financiamento da protecção social, destacaram-se as contribuições públicas como principal fonte de receita, tendo ascendido a 2 029 milhões de contos, ou seja 38,7% do total.

Os regimes de protecção social do sector privado (segurança social) foram responsáveis pela maior parte das prestações sociais atribuídas, nomeadamente: "Desemprego" (91,9%), "Exclusão Social" (87,1%), "Família" (60,8%) e "Velhice e Sobrevivência" (56,9%), para além de, em conjunto com os regimes de protecção social da função pública terem sido responsáveis, em igual proporção (50%), pelas prestações concedidas relativamente à "Habitação". Por outro lado, os restantes regimes (dos quais faz parte o Serviço Nacional de Saúde) foram responsáveis por cerca de 70% do total das prestações de "Saúde (Invalidez e Doença)", consequência das actividades desenvolvidas pelo SNS.

Em 1999 os montantes despendidos em protecção social representaram cerca de 518,4 mil escudos per capita.

Em termos de Produto Interno Bruto, as despesas de protecção social situaram-se na ordem dos 24,3%.

Relativamente ao ano de 1998 (últimos dados disponíveis) constatam-se algumas diferenças entre a situação em Portugal e a média comunitária (EU-15):

- quanto à principal fonte de financiamento: as quotizações sociais constituíam cerca de 61% do total das receitas na UE e 43% em Portugal;
- conjunto de funções em que se despenderam maiores montantes: "Doença e Invalidez" em Portugal e "Velhice e Sobrevivência" na União Europeia, em ambos os casos com cerca de 46%;
- despesas de protecção social em termos de PIBpm: os níveis portugueses (24,2%) situaram-se abaixo da média comunitária (27,7%);
- montantes despendidos em protecção social, por habitante: em Portugal, em média, cada habitante usufruiu de 2 239 ECU, enquanto que na União Europeia foram atribuídos 5 601 ECU.

SYNTHESIS

This publication pretends to characterise the Portuguese Social Protection, with the presentation of the 1999 data, as well as some retrospective data.

In 1999 were spent PTE 5 183 042 millions in social protection: 82,5% were social benefits granted. The remaining 17,5% included administration costs, other expenditures and transfers to other schemes.

Concerning the social protection financing, the general government contributions were the main receipts – PTE 2 028 768 millions - which represent 38,7% of the total receipts.

The social protection schemes of private sector (social security) were responsible for most of the social benefits granted, namely: "Unemployment" (91,9% of the benefits), "Social Exclusion" (87,1%), "Family" (60,8%) and "Old age and Survival" (56,9%). Besides that, these schemes together with the social protection schemes of the public sector have been equally responsible (50%) for the "Housing" benefits. On the other hand, the remaining schemes (which included the National Health Service were responsible for 70,2% of the total benefits concerning "Health (Disability and Disease)".

In 1999 were spent PTE 518,4 thousand, per capita.

In terms of Gross Domestic Product, the social protection expenditures represented 24,3%.

Concerning the year 1998 some differences can be found between portuguese data and the EU-15 average:

- the main source of funding for the social protection system: the European social contributions constituted about 61% of the total receipts, against 43% in Portugal;
- the group of functions that account for the major part of total benefits: "Disease and Disability" in Portugal, and "Old Age and Survival" in EU with 46% of the total, in both cases;
- social protection expenditure as % of GDP: the Portuguese levels (24,2%) were below the European average (27,7%);
- social protection expenditure per capita: Portugal - 2 239 ECU per capita, European Union - 5 601 ECU per capita.

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente publicação do Instituto Nacional de Estatística tem por objectivo a caracterização da Protecção Social em Portugal, divulgando os dados relativos a 1999. Em virtude da Protecção Social estar em constante evolução, apresentando algumas transformações relativamente ao passado, incluem-se alguns dados retrospectivos.

A informação publicada no âmbito das “Estatísticas da Protecção Social” encontra-se estruturada de acordo com a realidade portuguesa. Para além de um capítulo que congrega toda a informação correspondente à protecção social portuguesa, existem três capítulos correspondentes aos principais grupos de regimes: protecção social do sector privado, protecção social da função pública e os restantes regimes de protecção social. Finalmente, é apresentado um capítulo em que se faz a comparação entre a protecção social existente em Portugal e na União Europeia.

Na preparação dos dados contidos no presente volume colaboraram diversas entidades, às quais o INE expressa os seus agradecimentos; igualmente se agradecem, antecipadamente, quaisquer críticas ou sugestões que permitam a melhoria de futuras edições.

Setembro de 2001

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E ESCLARECIMENTOS AOS UTILIZADORES

Sinais Convencionais

... = Dado confidencial
- = Resultado nulo
x = Dado não disponível
" = Estimativa
* = Dado rectificado
o = Dado inferior à metade da unidade utilizada

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Siglas

HM = Total dos dois sexos
H = Sexo masculino
Esc. = Escudo
 10^3 Esc. = Milhares de escudos
 10^6 Esc. = Milhões de escudos
Nº = Número
PIBpm = Produto interno bruto a preços de mercado
CRSS = Centro Regional de Segurança Social
CGA = Caixa Geral de Aposentações
ADSE = Assistência na Doença aos Servidores do Estado
R1 = Regimes de protecção social do sector privado
R2 = Regimes de protecção social da função pública
R3 = Outros regimes de protecção social
SCML = Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
IPSS = Instituições Particulares de Solidariedade Social
ASM = Associações de Socorros Mútuos
SNS = Serviço Nacional de Saúde
RMG = Rendimento mínimo garantido

**Para esclarecimentos e informações adicionais sobre
o conteúdo desta publicação contactar:**

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DAS CONDIÇÕES DE VIDA

Telefone: 21 842 61 00

Telefax: 21 842 63 79

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Sumário	3
Nota Introdutória	5
Sinais Convencionais	6
Índice Sistemático	7

Capítulo 1 – Notas Explicativas e Conceitos

Notas Explicativas e Conceitos	12
--------------------------------------	----

Capítulo 2 – Análise de Resultados

Análise de Resultados	20
-----------------------------	----

Capítulo 3 – Dados Gerais

3.1 Receitas da protecção social, por natureza	34
3.2 Despesas da protecção social, por natureza	34
3.3 Prestações da protecção social, por grupos de funções	35
3.4 Estrutura dos diferentes regimes de protecção social, na cobertura de cada risco	35
3.5 Indicadores	
3.5.1 Despesas de protecção social, em % do PIBpm	36
3.5.2 Prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBpm	36
3.5.3 Despesas de protecção social per capita	37
3.5.4 Despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa	37
3.5.5 Despesas da função doença por habitante e PIBpm per capita	37
3.5.6 Prestações familiares per capita	37
3.5.7 População residente, por grupos etários	38
3.5.8 Índices de dependência (jovens; idosos; jovens e idosos)	38
3.5.9 Índices de envelhecimento	38
3.5.10 Taxas de substituição	38

Capítulo 4 – Regimes de Protecção Social do Sector Privado

4.1 Receitas dos regimes de protecção social do sector privado, por natureza	40
4.2 Despesas dos regimes de protecção social do sector privado, por natureza	40
4.3 Prestações sociais, por grupos de funções	41
4.4 Beneficiários activos, em 31 de Dezembro	42
4.5 Pensionistas, em 31 de Dezembro	42
4.6 Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral, por escalões de pensão, em 31 de Dezembro	42
4.7 Subsídios de desemprego e social de desemprego, beneficiários, montantes e baixas no ano, por regiões	43
4.8 Rendimento mínimo garantido	
4.8.1 Titulares e novos titulares do RMG, por anos, sexo e regiões	44
4.8.2 Titulares do RMG, por tipo de família e região	45
4.8.3 Famílias do RMG, por escalões de valores da prestação	46
4.8.4 Evolução das prestações do RMG, cessadas por sucesso, por região	47
4.9 Indicadores	
4.9.1 Beneficiários activos, em % da população residente	48
4.9.2 Pensionistas, em % da população residente	48
4.9.3 Pensionistas, em % da população activa	48
4.9.4 Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas	49
4.9.5 Despesas das prestações “Velhice e sobrevivência”, por pessoa activa	49

Capítulo 5 – Regimes de Protecção Social da Função Pública

5.1 Receitas do regime da função pública, por natureza	52
5.2 Despesas do regime da função pública, por natureza	52
5.3 Prestações de protecção social, por grupos de funções	53
5.4 Beneficiários activos, em 31 de Dezembro	54
5.5 Pensionistas, em 31 de Dezembro	54
5.6 Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez, por escalões de pensão	54
5.7 Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez, por áreas de origem	55
5.8 Inscrição de Subscritores, por áreas de origem	55
5.9 Indicadores	
5.9.1 Beneficiários activos, em % da população residente	56
5.9.2 Pensionistas, em % da população residente	56
5.9.3 Pensionistas, em % da população activa	56
5.9.4 Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas	57
5.9.5 Despesas das prestações “Velhice e sobrevivência”, por pessoa activa	57

Capítulo 6 – Outros Regimes de Protecção Social

6.1 Receitas dos outros regimes de protecção social, por natureza	60
6.2 Despesas dos outros regimes de protecção social, por natureza	61
6.3 Prestações de protecção social, por grupos de funções	62
6.4.1 <u>Instituições Particulares de Solidariedade Social</u>	
6.4.1.1 Prestações sociais, nº de utentes e custo médio por utente, por funções	63
6.4.1.2 Representatividade das IPSS na protecção social, por funções	63
6.4.1.3 Actividade das IPSS em relação ao total das valências, por funções	64
6.4.2 <u>Associações de Socorros Mútuos</u>	
6.4.2.1 Associações, associados efectivos e familiares	64
6.4.2.2 Associados efectivos e pensionistas com pensões pagas no ano e iniciadas no ano, por modalidades subscritas.....	65
6.4.3 <u>Serviço Nacional de Saúde</u>	
6.4.3.1 Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas	66
6.4.3.2 Prestação de serviços, do Serviço Nacional de Saúde, por tipo de actividade	67
6.4.3.3 Evolução dos créditos sobre clientes, no Serviço Nacional de Saúde	68
6.4.3.4 Evolução da despesa em dívida, do Serviço Nacional de Saúde	68
6.4.3.5 Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas, por grupos de serviços	69
6.4.3.6 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de receitas e despesas, por regiões ...	69
6.4.3.7 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de custo (subcontratos), por tipo de serviço prestado e por regiões	70
6.4.3.8 Administrações Regionais de Saúde: estrutura de encargos com medicamentos, por grupo de entidade	70
6.4.3.9 Administrações Regionais de Saúde: serviços próprios, por regiões	71
6.4.3.10 Indicadores	
6.4.3.10.1 Serviço Nacional de Saúde: alguns dados e indicadores	72
6.4.3.10.2 Habitantes, por médico	72
6.4.3.10.3 Despesas das prestações de saúde (doença), por pessoa activa	72
6.4.4 <u>Fundos de Pensões</u>	
6.4.4.1 Quadro síntese	73
6.4.4.2 Nº de beneficiários e de novos beneficiários de fundos de pensões, por tipo de pensões pagas	74
6.4.4.3 Nº de participantes nos fundos de pensões, por sexo e idade actuarial	74

6.4.4.4 Estrutura do mercado dos fundos de pensões	75
6.4.4.5 Distribuição dos fundos de pensões, por tipo de plano de pensões	76
6.4.4.6 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo escalões de montantes geridos	77
6.4.4.7 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de associados.....	77
6.4.4.8 Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de participantes	78
6.4.4.9 Distribuição dos associados dos fundos de pensões por sector de actividade	78

Capítulo 7 – Portugal na União Europeia

7.1 Estrutura das receitas, por natureza	80
7.2 Estrutura das prestações de protecção social, por grupos de funções	80
7.3 Indicadores	
7.3.1 Despesas de protecção social, em % do PIB	81
7.3.2 Proporção das prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBm	81
7.3.3 Despesas de protecção social, por habitante em SPA	82
7.3.4 Despesas de protecção social, por habitante em ECU	82

ANEXO

Questionários	83
---------------------	----

CAPÍTULO 1

NOTAS EXPLICATIVAS

E

CONCEITOS

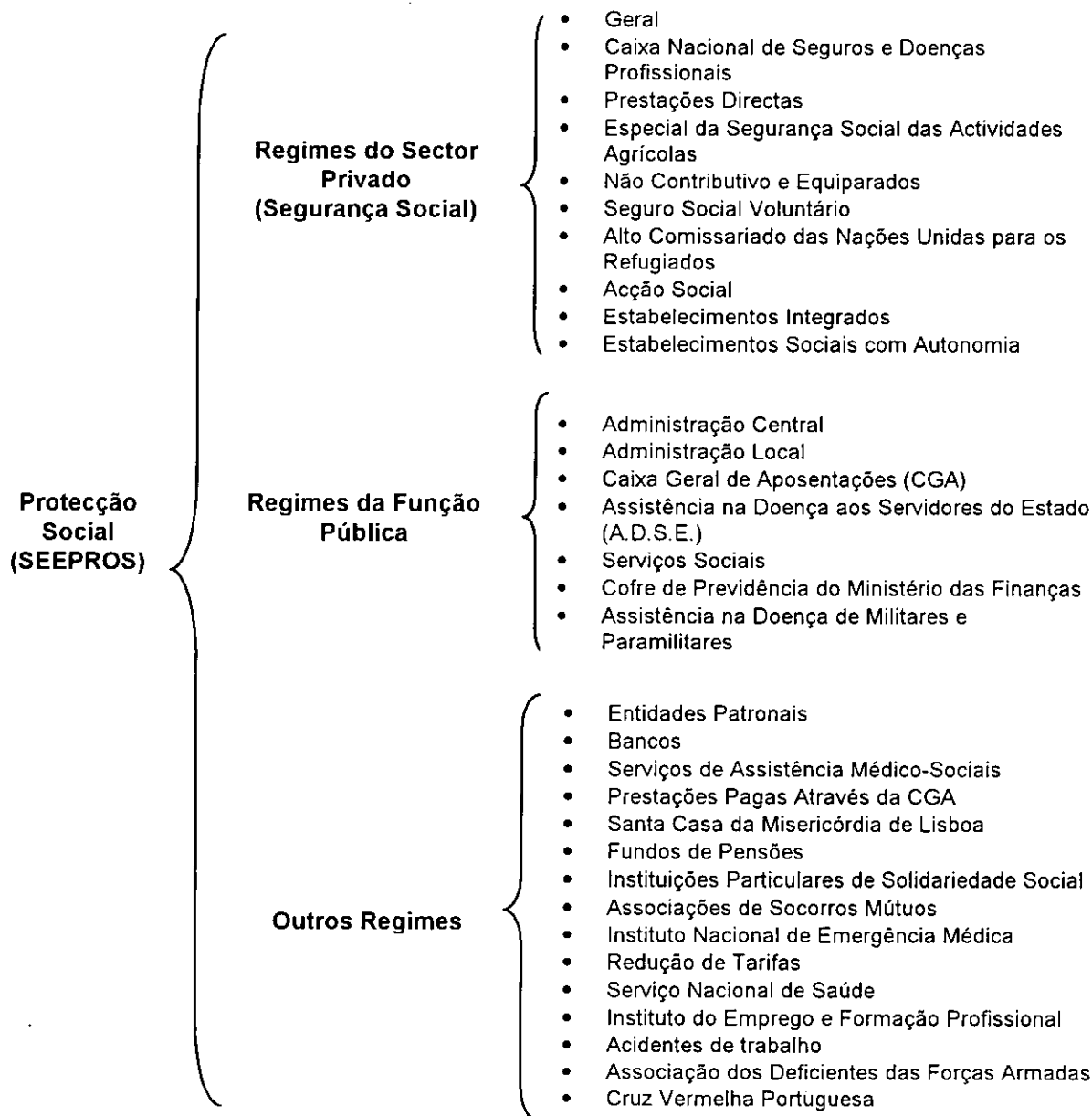
**PROTECÇÃO SOCIAL
(SEEPROS)**

Protecção Social é toda a acção desenvolvida por diversas entidades, públicas e privadas, com a finalidade de cobrir riscos, eventualidades ou necessidades do indivíduo ou das famílias, relacionadas com situações de doença, maternidade, acidentes de trabalho, doenças profissionais, desemprego, encargos familiares, habitação, invalidez, velhice, morte, exclusão social, quando essas acções se desenrolem fora do quadro familiar ou individual, sem que para tal haja contrapartida equivalente e simultânea do beneficiário.

Os **objectivos do Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)** centram-se no fornecimento de informação caracterizadora da protecção social existente em cada Estado-membro, de forma a:

- abranger as prestações sociais e o seu financiamento;
- ser possível a comparabilidade internacional;
- estar harmonizada com outras estatísticas, em especial com as contas nacionais.

Regime de protecção social: corpo distinto de regras, apoiado por uma ou mais unidades institucionais que regem a atribuição das prestações sociais e o respectivo financiamento.



No SEEPROS as **unidades de observação** são as instituições que asseguram a título principal (organismos da segurança social especializados na cobertura de um ou vários riscos, eventualidades ou necessidades) ou secundário (Estado, instituições sem fins lucrativos ou entidades patronais) o fornecimento das prestações de protecção social e suportam, na totalidade ou em parte, os custos inerentes.

Estrutura contabilística dos regimes de protecção social:

- Classificação das receitas de protecção social, segundo a sua natureza

Quotizações Sociais	Despesas suportadas pela entidade patronal em benefício dos seus assalariados (quotizações sociais a cargo da entidade patronal) ou pelas pessoas protegidas (quotizações sociais a cargo das pessoas protegidas), de forma a assegurar o direito às prestações sociais.
Contribuições Públicas	Compreendem as despesas de financiamento dos regimes públicos a cargo das administrações públicas e os subsídios públicos aos outros regimes de protecção social. Esta rubrica compreende ainda o produto dos impostos parcial ou inteiramente afectado a fins de protecção social, subsídios e comparticipações nos custos de funcionamento.
Transferências de Outros Regimes	Transferências sem contrapartida, a receber de outros regimes de protecção social. (Exº: transferências que visam reduzir o déficite de um dos regimes)
Outras Receitas	Agrupam outras receitas correntes e de capital, dos regimes de protecção social. Incluem os rendimentos de propriedade e receitas diversas não classificadas em outras categorias (inclui donativos de particulares e dos sectores privados).

- Classificação das despesas de protecção social, segundo a sua natureza

Prestações Sociais	Transferências, pecuniárias ou em espécie, às famílias ou particulares, efectuadas pelos regimes de protecção social e destinadas a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a protecção contra um certo número de riscos ou necessidades (funções).
Despesas de funcionamento	Custos imputados ao regime pela respectiva gestão e administração (compreendem os custos de: inscrição dos beneficiários; cobrança das quotizações; administração das prestações; inspecção; resseguro; gestão financeira e os custos gerais).
Transferências para outros regimes	Transferências, sem contrapartida, efectuadas a outros regimes de protecção social. (Exº: transferências de fundos quando há mudança de regime e contribuições para um regime deficitário)
Outras despesas	Agrupam diversas despesas dos regimes de protecção social. Incluem os pagamentos de rendimentos de propriedade e despesas diversas não classificadas em outras categorias (exº: pagamento de impostos sobre o rendimento ou património).

Funções de protecção social

A função de uma prestação social refere-se ao objectivo primário para a qual é fornecida protecção social. Os diversos riscos e necessidades definem as funções essenciais às quais estão imputados recursos e prestações.

Classificação por função

Doença	Manutenção do rendimento e apoio pecuniário relacionados com a doença física ou mental à excepção da invalidez. Cuidados de saúde, tais como, cuidados médicos com vista a manter, restabelecer ou melhorar o estado de saúde das pessoas protegidas, independentemente da origem da doença.
Invalidez	Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a incapacidade dos deficientes, físicos ou mentais, de exercerem actividades económicas e sociais.
Velhice	Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a velhice.
Sobrevivência	Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a morte de um membro da família.
Família	Apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a gravidez, maternidade, adopção e o encargo com crianças ou outros parentes.
Desemprego	Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a situação dos desempregados.
Habitação	Apoio pecuniário aos custos da habitação.
Exclusão Social	Prestações pecuniárias ou em espécie (excepto cuidados de saúde) especificamente destinadas a combater a exclusão social, sempre que não se encontre coberta por outras funções.

Indicadores Sociais

Índice de dependência de jovens	Relação existente entre o número de jovens e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 15 - 64 anos. $[P(0,14)/P(15,64)] \times 100$
Índice de dependência de idosos	Relação existente entre o número de idosos e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 15 - 64 anos. $[P(65,+)/P(15,64)] \times 100$
Índice de dependência total	Relação existente entre o número de jovens e idosos e a população em idade activa, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e 65 e mais anos, e a população com 15 - 64 anos. $[(P(0,14)+P(65,+))/P(15,64)] \times 100$
Índice de envelhecimento	Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0 - 14 anos. $[P(65,+)/P(0,14)] \times 100$
Taxa de substituição	Relação existente entre o número de jovens e de idosos, definido como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 65 e mais anos. $[P(0,14)/P(65,+)] \times 100$ sendo: P(0,14) - População com 0 a 14 anos P(15,64) - População com 15 a 64 anos P(65,+) - População com 65 e mais anos

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DO SECTOR PRIVADO (SEGURANÇA SOCIAL)

Regimes de protecção social do sector privado (Segurança Social) - instrumentos jurídicos do Sistema de Segurança Social para efectivação do direito à Segurança Social.

Beneficiário - pessoa inscrita como titular do direito a protecção social no âmbito dos regimes da Segurança Social.

Beneficiários activos - beneficiários identificados perante o sistema de Segurança Social ou pessoas não identificadas, em cujo nome tenham entrado remunerações no período de referência ou num determinado período anterior (pelo menos num mês), com inclusão dos pensionistas simultaneamente no activo, dos subsidiados por desemprego e dos beneficiários que se encontrem noutras situações de equivalência a entrada de contribuições, nos períodos anteriormente referidos, e com exclusão dos que tenham deixado de contribuir, por terem sido transferidos para outras instituições, por terem passado à situação de pensionistas de invalidez ou velhice ou por haverem falecido.

Prestações Sociais

Subsídio familiar a crianças e jovens – prestação pecuniária mensal de montante variável concedida aos descendentes dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social. O montante é determinado em função de três escalões de rendimentos estabelecidos por referência ao salário mínimo nacional. (Esta prestação veio, a partir de Julho de 1997, substituir as prestações de abono de família, subsídio de nascimento e aleitação, mantendo-se o processamento relativo a meses anteriores.)

Subsídio de maternidade - prestação pecuniária concedida às trabalhadoras durante 98 dias no período da maternidade.

Subsídio por morte - prestação pecuniária única concedida aos familiares dos beneficiários (cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) por morte destes.

Subsídio de doença (com exclusão da tuberculose) - prestação pecuniária compensatória do rendimento do trabalho perdido em função da incapacidade temporária para o trabalho, concedida aos beneficiários activos.

Subsídio de desemprego - prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnem as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem durante pelo menos 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego e tenham contribuído sobre salários reais.

Subsídio social de desemprego - prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que, na situação de desemprego involuntário, tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reúnem as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data de desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais "per capita" superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o sector em que desenvolvia a sua actividade.

Rendimento mínimo garantido - prestação pecuniária mensal do regime não contributivo, destinada a assegurar aos titulares e aos seus agregados familiares, em situação de grave carência económica recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas. Esta prestação é complementada por um conjunto de acções destinadas à progressiva inserção social e profissional dos titulares e dos membros do seu agregado familiar. Considera-se que existe grave carência económica quando o rendimento do indivíduo é inferior a 100% da pensão social, ou o rendimento do agregado familiar é inferior à soma dos seguintes valores: 100% do valor da pensão social, por cada adulto, até dois; 70% do valor da pensão social, por cada adulto, a partir do 3º; 50% do valor da pensão social, por cada menor.

Pensão de velhice - prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano, e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993, a partir de 1994, evoluiu de 62 para 65 anos com um aumento de 6 meses por ano civil.

Pensão de sobrevivência - prestação pecuniária mensal concedida aos beneficiários dos regimes: Regime Geral de Segurança Social, Regime Especial de Segurança Social de Actividades Agrícolas e Regime Seguro Social Voluntário. Esta prestação é concedida a familiares dos beneficiários (cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) que, à data da morte, tenham completado 36 meses de contribuições.

Pensão de invalidez - prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que, havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente, definitivamente incapacitados de trabalhar.

Acção Social - "forma" de protecção social, integrada no sistema de segurança social, destinada a prevenir determinadas situações de carência económica ou social e assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, deficientes, idosos e outras pessoas nas situações mencionadas), quando estas situações não sejam ou não possam ser superadas através dos regimes de segurança social.

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

Prestações concedidas pela Caixa Geral de Aposentações:

Consistem em prestações pecuniárias concedidas aos subscritores da CGA (pensões de velhice e reforma), aos familiares dos beneficiários ou aposentados (pensão de sobrevivência e subsídio por morte) ou, em casos especiais, a determinadas pessoas independentemente de serem ou não subscritores da CGA (pensão de invalidez).

Prestações concedidas pela Administração Central, Local e Regional:

Trata-se de benefícios concedidos, directamente: pensão de velhice (até o processo passar à CGA); abono de família; subsídio de nascimento; subsídio de aleitação; subsídio de funeral; subsídio de educação especial; abono complementar a crianças e jovens deficientes; subsídio mensal vitalício; cuidados de saúde; etc.

Prestações concedidas pela Assistência na Doença aos Servidores do Estado:

A assistência à doença, na Função Pública, é comparticipada por um organismo central, a Direcção Geral de Protecção Social dos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE). O pagamento dos cuidados de saúde assenta nas técnicas de reembolso ao beneficiário e do pagamento directo à entidade prestadora de serviços. A protecção na saúde é assegurada tanto no regime ambulatorio como no de internamento, através de comparticipações nas prestações de saúde (fornecimento directo e reembolso de: cuidados de saúde, produtos farmacêuticos, etc.).

Prestações concedidas pelos Serviços Sociais:

A acção social complementar integra o conjunto de esquemas complementares de protecção social dos funcionários e agentes da Administração Pública que se destinem à prevenção, redução ou resolução de problemas decorrentes da sua situação laboral, pessoal ou familiar, que não sejam atendíveis através dos regimes gerais de protecção social.

Os Serviços Sociais actuam, entre outras, nas seguintes áreas: acção social (funções família e velhice); cuidados de saúde (auxílio nas despesas com saúde, em complementaridade com a ADSE) e outras (funções habitação e exclusão social).

Prestações sociais concedidas por outras instituições

Trata-se dos benefícios concedidos pela Assistência na Doença aos Militares e Paramilitares e pelo Cofre de Previdência do Ministério das Finanças, nomeadamente: cuidados de saúde; produtos farmacêuticos; subsídio de doença e pensão de velhice.

OUTROS REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL

Prestações concedidas pela entidade patronal

Estas prestações são fornecidas aos respectivos trabalhadores, sendo directamente suportadas pela entidade patronal.

Consistem em complementos de subsídio por doença, de pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência, outras prestações relacionadas com a função família bem como acção social para os domínios da velhice e família e cuidados de saúde.

Prestações concedidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma instituição autónoma das estruturas da segurança social, desenvolvendo a sua actividade, predominantemente, no domínio da acção social (funções: família; velhice e invalidez), através de estabelecimentos próprios, ou por via de outras instituições; subvenciona, com fins similares, designadamente, as instituições particulares de solidariedade social, cuja acção incida sobre os limites do concelho de Lisboa. Para além da acção social, a SCML actua ao nível da exclusão social e da doença (cuidados de saúde).

Prestações concedidas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) - instituições sem fins lucrativos, constituídas por iniciativa de particulares com o objectivo de fornecer serviços ou prestações de protecção social.

Utente - pessoa que, sendo ou não beneficiário, usufrui dos benefícios da segurança social (prestações dos regimes e acção social).

Valência - resposta social organizada com vista a satisfazer determinadas necessidades dos utentes.

Exemplos:

- Função "Família" (acção social) - valências: creches, jardins de infância, creches e jardins de infância, actividades dos tempos livres, colónias de férias, etc.;
- Função "Doença" (cuidados de saúde) - valências: internamento e assistência hospitalar, cuidados ambulatoriais, medicamentos, meios auxiliares e de diagnóstico e outras;
- Função "Exclusão social" - valências: refeitórios, albergues nocturnos, acções de apoio a desalojados, auxílios prestados a indigentes, acções de apoio a toxicodependentes, etc.

Prestações concedidas pelo Serviço Nacional de Saúde

O sistema de saúde é constituído pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e por todas as entidades públicas que desenvolvam actividades de prevenção e tratamento na área da saúde. As prestações atribuídas são: cuidados médicos, produtos farmacêuticos e outras (incluem fornecimentos directos e reembolsos).

Prestações concedidas pelas Associações de Socorros Mútuos

Associações mutualistas - são instituições particulares de solidariedade social com número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco.

Associados efectivos - são os associados que subscrevem qualquer das modalidades de benefícios regulamentares, pagando a correspondente quotização.

Prestações concedidas pelos Fundos de Pensões

Fundo de pensões - Fundo para o qual são efectuadas contribuições, as quais constituem um património exclusivamente afecto ao pagamento, no futuro, de prestações pecuniárias, sob a forma de renda ou capital, a título de pré-reforma, reforma por velhice ou invalidez, ou sobrevivência. O pagamento destas prestações resulta das condições fixadas num plano de pensões previamente acordado entre as partes.

Tipos de fundos de pensões

Fundo de pensão fechado - Quando diz respeito a apenas um associado ou, existindo vários associados, desde que exista um vínculo de natureza empresarial, associativo, profissional ou social entre os mesmos e seja necessário o assentimento destes para a inclusão de novos associados no fundo.

Fundo de pensão aberto - Desde que não se exija a existência de qualquer vínculo entre os diferentes aderentes ao fundo, dependendo a adesão ao fundo unicamente de aceitação da entidade gestora. A adesão individual a fundos de pensões abertos, como é o caso dos PPR e PPA, estão fora do âmbito da Protecção Social.

Participantes - As pessoas singulares em função de cujas circunstâncias pessoais e profissionais se definem os direitos consignados nos planos de pensões, independentemente de contribuírem ou não para a formação do património do fundo.

Gestão de fundos de pensões - Fundos de pensões podem ser geridos quer por sociedades constituídas para esse fim, adiante designadas por sociedades gestoras, quer por companhias de seguros que explorem o ramo "Vida".

Beneficiários - As pessoas singulares com direito às prestações pecuniárias estabelecidas no plano de pensões, sejam ou não participantes.

Associados - As pessoas colectivas que contribuem para o fundo e cujos planos de pensões são realizados ou complementados por estes.

Idade técnica ou actuarial - A idade relativa ao aniversário natalício mais próximo dessa data.

Tipos de planos de pensões existentes

Plano de benefício definido - Plano onde se estabelece, à partida, o valor e o tipo de benefício que será atribuído à data da reforma. Um plano pode ser, relativamente à Segurança Social, classificado como:

Complementar integrado - se os montantes estabelecidos são um complemento à pensão da Segurança Social:

$$PP = PT - PSS \text{ ou } PP = \% PSS;$$

sendo

PT = pensão total a receber pelo beneficiário

PP = pensão atribuída pelo plano

PSS = pensão da Segurança Social.

Complementar não integrado – se existe um limite superior do tipo:

$$PT = PP + PSS < \% \text{ do salário final.}$$

Independente – se os valores garantidos não dependem da pensão da Segurança Social.

Plano de contribuição definida - Plano onde os benefícios a conceder dependem do montante com que a empresa decide contribuir, do modo como distribui essa contribuição pelos diversos empregados e dos montantes capitalizados, para cada um deles, à data da sua reforma efectiva.

Plano Misto – plano que integra os dois tipos de planos acima definidos.

Plano Contributivo – plano em que se prevê a existência de contribuições dos participantes.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DE RESULTADOS

PROTECÇÃO SOCIAL – ANÁLISE GERAL

O ano de 1999 caracterizou-se pela cobertura das despesas da protecção social pelas suas receitas, acontecimento que não se verificava desde 1996, sendo consequência do crescimento anual das receitas (17,7%) ter sido superior ao das despesas (11,2%).

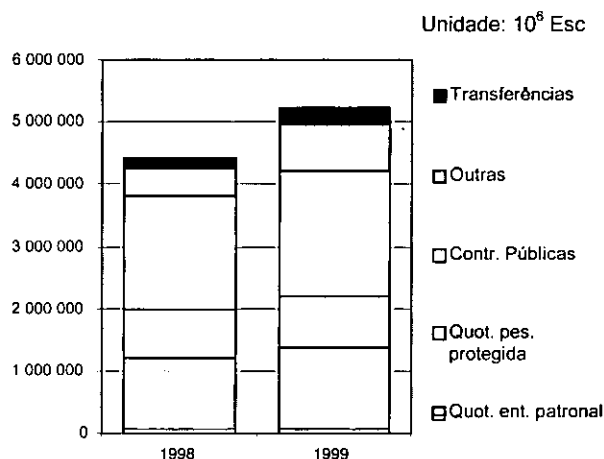
Este cenário teve essencialmente como base o elevado aumento de “outras receitas”, o que se deveu ao facto do Serviço Nacional de Saúde ter voltado a receber as “Regularizações por ordem do Tesouro” (esta rubrica tinha deixado de existir em 1997).

As receitas de protecção social ascenderam a 5 236 milhões de contos, traduzindo o aumento de 787 milhões de contos, relativamente a 1998.

Dos 5 236 milhões de contos totalizados em receitas da protecção social, salientaram-se as contribuições públicas como principais fontes de receitas (38,7%).

No que diz respeito às restantes receitas, as “quotizações da entidade patronal” representaram 26,2%, enquanto que as “quotizações da entidade protegida”: 15,9%, “rendimentos de propriedade” e “outras”: 13,9% e “transferências”: 5,3%.

2.1-Receitas da protecção social, por natureza



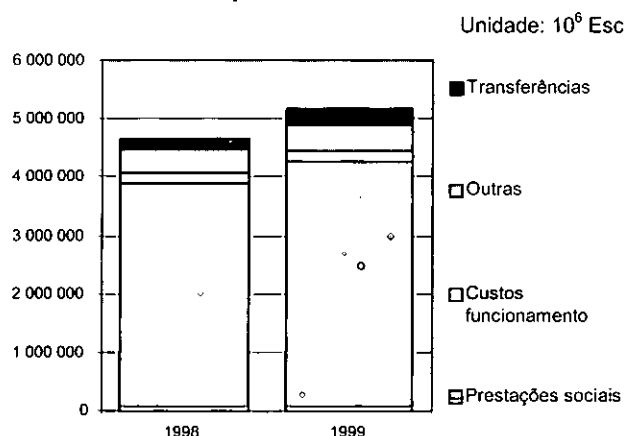
As despesas de protecção social, em 1999, totalizaram cerca de 5 183 milhões de contos, (mais 524 milhões de contos do que em 1998), sendo

reflexo do elevado aumento das transferências entre regimes (+67,1% do que em 1998), nomeadamente no que diz respeito aos regimes de protecção social do sector privado.

Do total de despesas, constata-se que foram despendidos 4 278 milhões de contos em prestações sociais, o que representou cerca de 82,5% do total.

Os restantes 17,5% repartiram-se entre custos de funcionamento, outras despesas e transferências.

2.2-Despesas da protecção social, por natureza

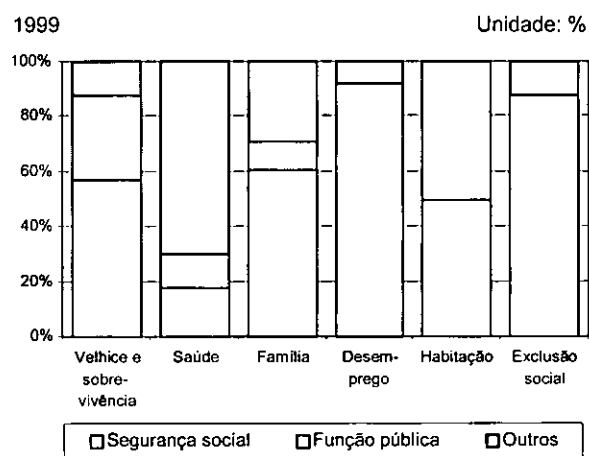


A “Saúde (invalidez e doença)” manteve-se como a principal função cujas prestações assumiram maiores montantes (45,6% do total), logo seguida da “Velhice e Sobrevivência” (43,7%), Família (5,2%), “Desemprego” (3,7%) e as restantes – “Habitação” e “Exclusão Social” (1,8%).

Em termos de supremacia de cada um dos regimes na concessão das prestações sociais existentes, constata-se que:

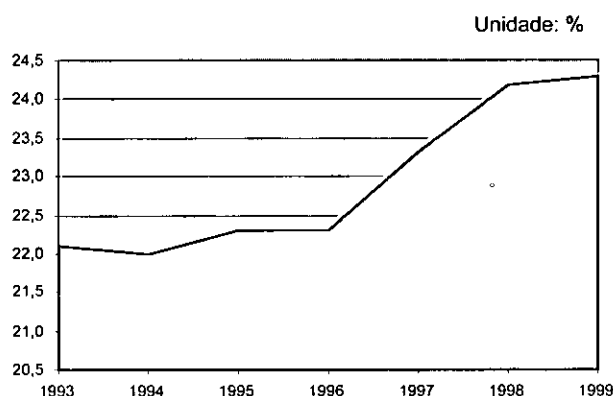
- cerca de 70,2% do total das prestações de “Saúde (invalidez e doença)” foram concedidas por “outros regimes”, consequência das actividades desenvolvidas pelo SNS;
- os regimes de protecção social do sector privado foram responsáveis pela maior parte das prestações sociais atribuídas, nomeadamente “Desemprego” (91,9%), “Exclusão Social” (87,1%) “Família” (60,8%) e “Velhice e Sobrevivência” (56,9%);
- por seu lado, os regimes de protecção social do sector privado e da função pública foram responsáveis, em igual proporção (50%), pelas prestações concedidas relativamente à “Habitação”.

2.3-Estrutura dos regimes de protecção social, na cobertura de cada risco

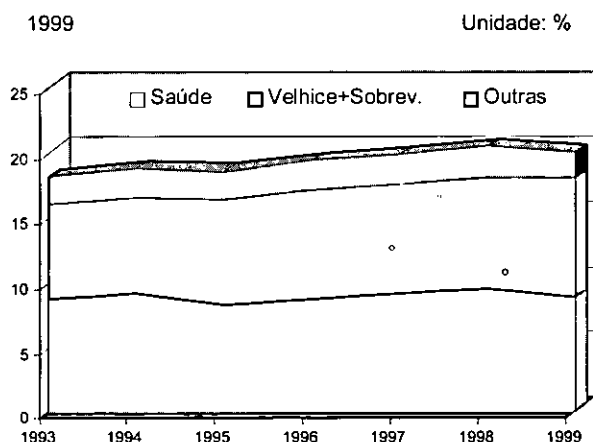


Como se pode observar no gráfico seguinte, a evolução das despesas da protecção social relativamente ao Produto Interno Bruto apresenta, depois de um crescimento significativo entre 1996 e 1998, uma tendência de estabilização situando-se na ordem dos 24,3%, em 1999.

2.4-Despesas de protecção social, em percentagem do PIBpm

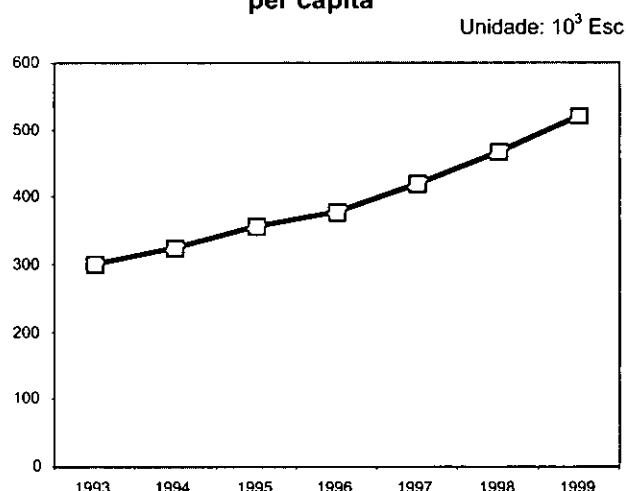


2.5-Prestações de protecção social, em percentagem do PIBpm



Quando se procede à avaliação do crescimento das despesas de protecção social em termos da população residente, a situação altera-se, assistindo-se a um ritmo de crescimento na ordem dos 9,5% ao ano. Em 1999 os montantes despendidos em protecção social, representaram cerca de 518,4 mil escudos per capita, traduzindo o maior crescimento anual registado nos últimos seis anos (no referido ano foram despendidos mais cerca de 51,5 mil escudos por habitante, do que em 1998).

2.6-Despesas de protecção social, per capita

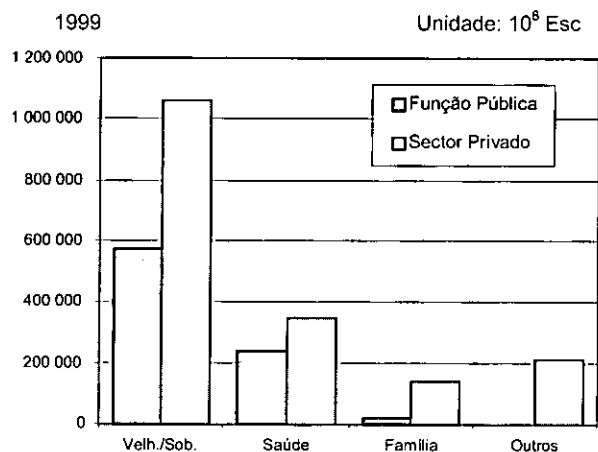


PROTECÇÃO SOCIAL NO SECTOR PRIVADO E NA FUNÇÃO PÚBLICA

A análise destes dois conjuntos de regimes que, em 1999, concederam aproximadamente 2 590 milhões de contos, traduzindo-se em 61% do total das prestações de protecção social atribuídas, permite constatar que "Velhice e Sobrevivência" continuou a ser o grupo de funções em que ambos despenderam maiores montantes.

Em 1999 no sector privado foram pagos 1 063 milhões de contos em pensões de velhice e sobrevivência, subsídios de funeral e por morte, entre outros, representando cerca de 60,5% do total de prestações concedidas pelos regimes de protecção social do sector privado. Por seu lado, na função pública estas funções ascenderam a 575 milhões de contos, isto é, 69% do total das prestações concedidas pelos regimes de protecção social da função pública.

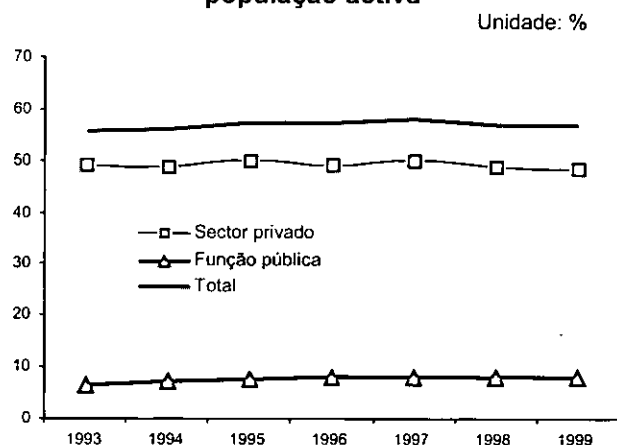
2.7-Protecção social no sector privado e função pública, por grupos de funções



A proporção existente entre o número de pensionistas de velhice, invalidez e sobrevivência do sector privado e a população activa apresenta uma ligeira tendência decrescente, visível a partir de 1997. Em 1999 os pensionistas representavam cerca de 48,5% do total da população activa, menos 1,2% do que em 1997.

No caso da função pública, o número de pensionistas de aposentação, reforma, invalidez e sobrevivência relativamente à população activa, que apresentava uma tendência crescente desde 1993, estagnou a partir de 1997 – desde esse ano a relação entre os pensionistas da função pública e a população activa é de 8,2%.

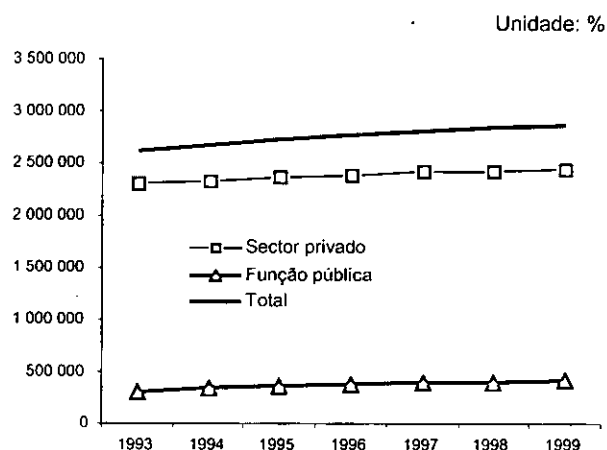
2.8-Relação entre pensionistas e população activa



Em 1999 existiam 2 449 419 pensionistas do sector privado, traduzindo o crescimento de 0,7% em relação ao ano anterior, enquanto que na função pública o número de pensionistas era de 416 909 (mais 2,3% do que em 1998). No que diz respeito à função pública o número de beneficiários activos, nesse mesmo ano, foi de 709 167 traduzindo, relativamente a 1998, um crescimento superior ao

dos pensionistas (beneficiários activos: 4,1% e pensionistas: 2,3%).

2.9-Evolução do número de pensionistas



Os escalões de pensão em que se concentraram maior número de pensionistas (aposentação, reforma e invalidez), na função pública, continuaram a ser os escalões correspondentes a montantes inferiores a 150 mil escudos. No entanto, em 1999 assistiu-se a uma ligeira redução da percentagem de indivíduos cujas pensões se encontravam nestes escalões (em 1998 cerca de 60,8% dos pensionistas da função pública auferiam pensões com montantes inferiores ou iguais a 150 mil escudos; em 1999 passaram a ser 57,4%), enquanto que os escalões com níveis superiores a 150 mil escudos passaram a integrar um maior número de pensionistas (em 1998 existiam 39,2%, tendo aumentado, no ano seguinte, para 42,6%).

Em relação aos pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da segurança social, constata-se que, em 1999, a maioria dos pensionistas existentes (80,6%) recebiam pensões com montantes inferiores a 50 mil escudos, situação esta que já se verificava no ano anterior.

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DO SECTOR PRIVADO

Em 1999, apesar do crescimento dos agregados de receitas e despesas ser positivo (10,4% e 13,4%, respectivamente), registou-se uma cobertura deficitária das despesas, por parte das receitas dos regimes de protecção social do sector privado (Segurança Social) – consequência do ritmo de crescimento que ambos os agregados vinham a

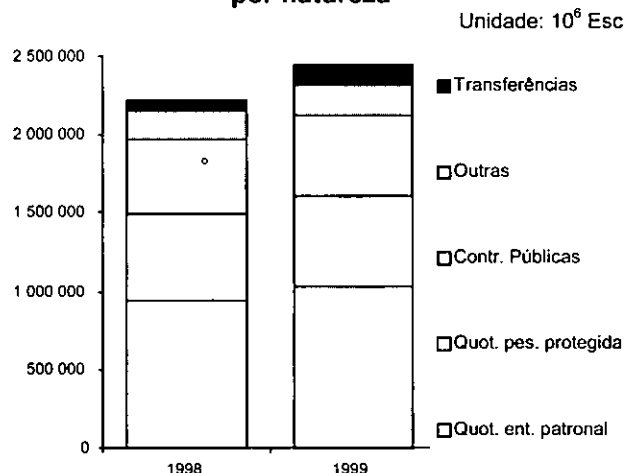
apresentar nos últimos anos (o crescimento das despesas era superior ao das receitas).

A variação positiva das receitas, em 1999, resultou de vários factores, nomeadamente:

- o suporte integral, pelo Orçamento do Estado, do aumento dos encargos com os regimes não contributivos,
- o aumento da transferência do Orçamento do Estado para o Rendimento Mínimo Garantido (RMG),
- o aumento da transferência do Ministério do Equipamento Social para subsídios de renda.

Apesar de todas as componentes da receita terem evoluído positivamente, salientou-se o elevado crescimento das transferências, cuja diferença, de 1998 para 1999, foi devida ao facto de, pela primeira vez, terem sido consideradas as transferências realizadas para os estabelecimentos integrados na segurança social e estabelecimentos sociais com autonomia, para além do grande acréscimo registado no valor das transferências realizadas para o regime não contributivo e equiparados.

2.10-Receitas de Segurança Social, por natureza



As despesas destes regimes traduziram-se em 2 487 milhões de contos, das quais, cerca de 71% foram gastos em prestações sociais, correspondendo os restantes 29% a custos de funcionamento, transferências e outras despesas.

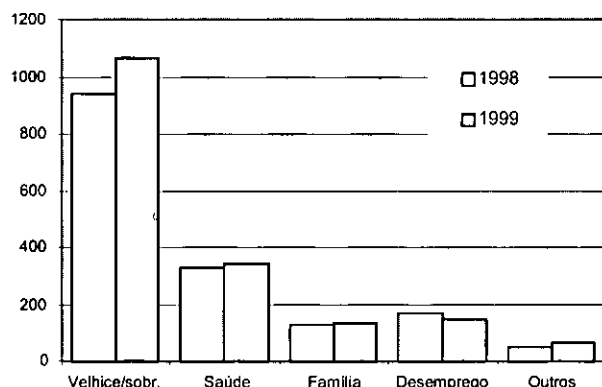
À semelhança do aumento que registaram as transferências que foram recebidas pelos regimes, também foi registado o aumento (apesar de substancialmente inferior) das transferências concedidas. Como factores explicativos, há a referir a inclusão do movimento das transferências realizadas pelos estabelecimentos integrados da segurança social e estabelecimentos sociais com autonomia, bem como o grande acréscimo registado

no valor das transferências realizadas pelo regime geral da segurança social.

Dos cerca de 1 757 milhões de contos a que ascenderam as prestações sociais, 60,5% foram canalizados para o grupo de funções "Velhice e Sobrevivência" (salientando-se pelos seus elevados montantes, as pensões de velhice e sobrevivência que representaram 58,3% do total), 19,7% para a "Saúde" (sendo a pensão de invalidez e o subsídio de doença, responsáveis por aproximadamente 18,1% do montante global), 7,7% para a "Família" (evidenciando-se o subsídio familiar como uma das principais prestações concedidas, de entre as prestações incluídas nesta função, representando 4,9% do total), 8,3% para o "Desemprego" (o subsídio de desemprego é responsável por 5,7%) e 3,7% relativos a "Exclusão Social" e "Habitação" (o Rendimento Mínimo Garantido representa cerca de 3% do total).

2.11-Prestações sociais da segurança social, por grupos de funções

Unidade: 10⁹ Esc



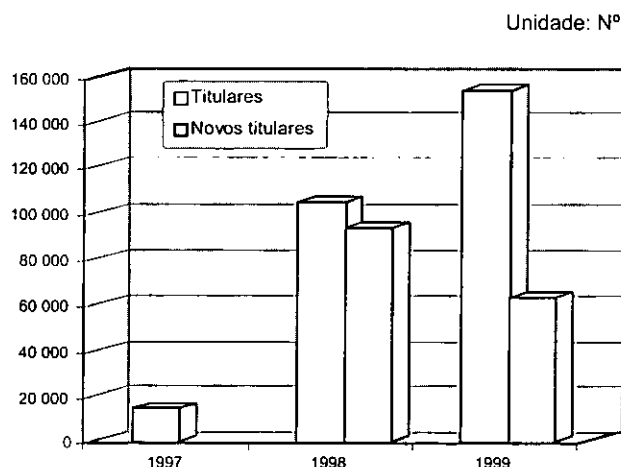
É ainda de salientar a redução do subsídio de desemprego, que à semelhança do subsídio de doença, tem vindo a reduzir-se desde 1998, consequência da descida do desemprego e de algumas medidas levadas a cabo pela Segurança Social (processos de fiscalização, campanhas de moralização, etc).

TITULARES DO RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

No que diz respeito ao Rendimento Mínimo Garantido (RMG), medida em franca expansão desde a sua implementação em Julho de 1997, constata-se que os montantes atribuídos têm aumentado todos os anos, tendo passado de 8 788 milhões de escudos, em 1997, para 52 481 milhões de escudos, em 1999.

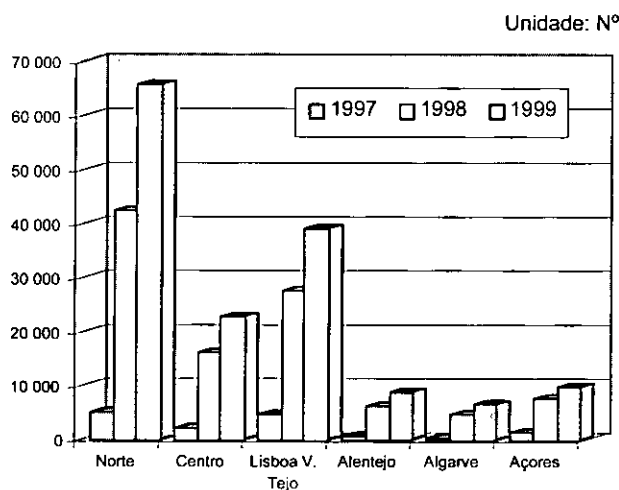
Em termos de evolução do número de indivíduos a quem foi atribuída esta prestação (titulares do RMG) verifica-se que, em 1997, existiam 14 184 titulares desta medida, pertencendo maioritariamente ao sexo feminino (aproximadamente 63% dos titulares eram mulheres), enquanto que em 1999 o número de titulares atingiu os 153 885, sendo 66% mulheres.

2.12-Titulares e novos titulares do RMG



Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro foram as regiões que ao longo destes dois anos e meio apresentaram maior número de titulares. Em 1999, estas três regiões possuíam cerca de 83% do total dos titulares existentes em Portugal (Norte: 42,8%; Lisboa e Vale do Tejo: 25,4; Centro: 14,8%).

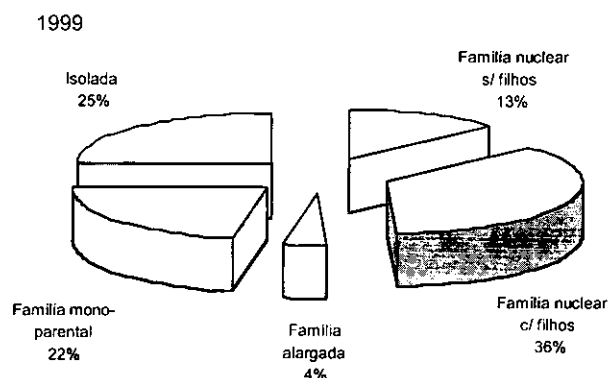
2.13-Titulares do RMG, por região



Em 1999, do total de titulares do RMG, 36,2% pertenciam a famílias nucleares com filhos; 25,1% eram indivíduos isolados (sendo 14,2% mulheres); 22% pertenciam a famílias monoparentais (sendo

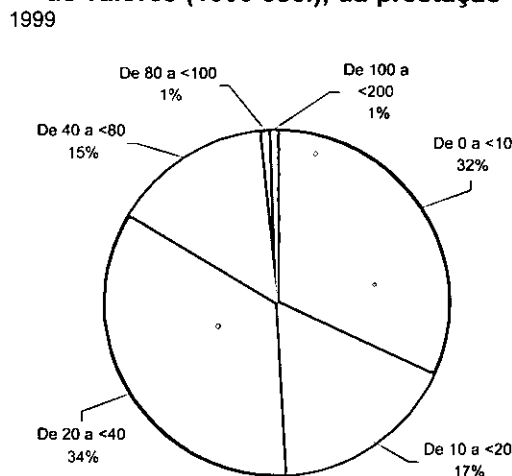
20,8% famílias compostas pela mãe e filhos); 12,8% eram indivíduos pertencentes a famílias nucleares sem filhos; 3,6% pertenciam a famílias alargadas detentoras de mais do que um núcleo e os restantes indivíduos, que por diversas razões não se encontram classificados em nenhuma das categorias já mencionadas, representam 0,3%.

2.14-Titulares do RMG, por tipo de família



Dos titulares existentes em 1999, 35% auferiram esta prestação com valores situados entre os 20 e os 40 mil escudos e 32% com prestações até 10 mil escudos. Inversamente, nos anos anteriores, houve mais titulares a receber montantes inferiores ou iguais a 10 mil escudos.

2.15-Titulares do RMG, por escalões de valores (1000 esc.), da prestação



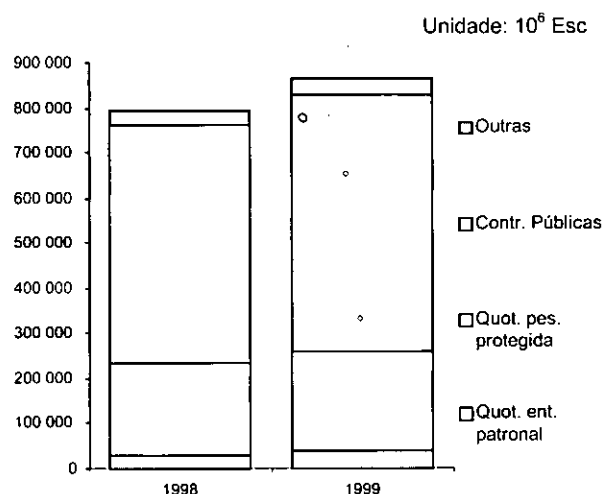
1997 foi o ano em que se registou maior número de prestações do RMG, cessadas por sucesso – 19,3% das prestações atribuídas foram cessadas por sucesso.

O Alentejo foi a região que sempre apresentou maior número de casos de prestações cessadas por sucesso, à excepção de 1998 em que Lisboa e Vale do Tejo superou as restantes regiões, com uma taxa de sucesso de 11,6%.

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

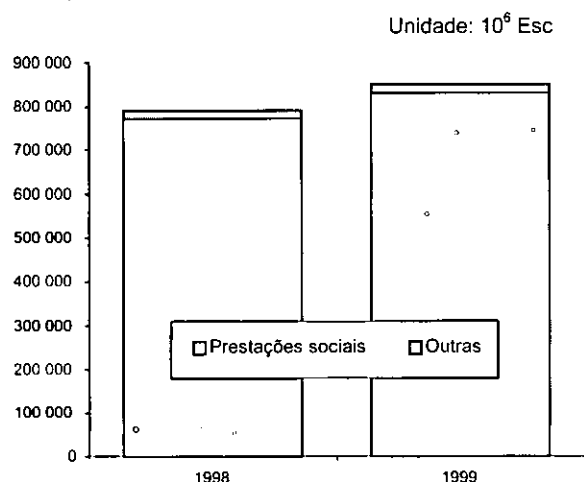
Relativamente aos regimes de protecção social da função pública, as receitas ascenderam a 866 milhões de contos, sendo as contribuições públicas a principal fonte de receitas destes regimes (em 1999 representavam cerca de 65% do total das receitas).

2.16-Receitas dos regimes da função pública, por natureza



Paralelamente as despesas totalizaram 851 milhões de contos, 97,8% das quais consistiram em prestações sociais e as restantes 2,2% repartiram-se entre custos de funcionamento e outras despesas.

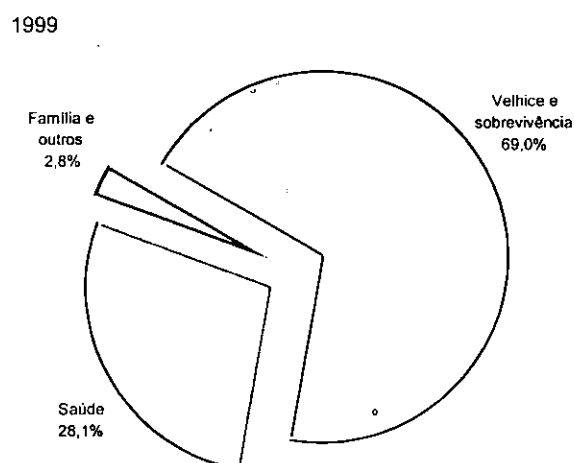
2.17-Despesas dos regimes da função pública, por natureza



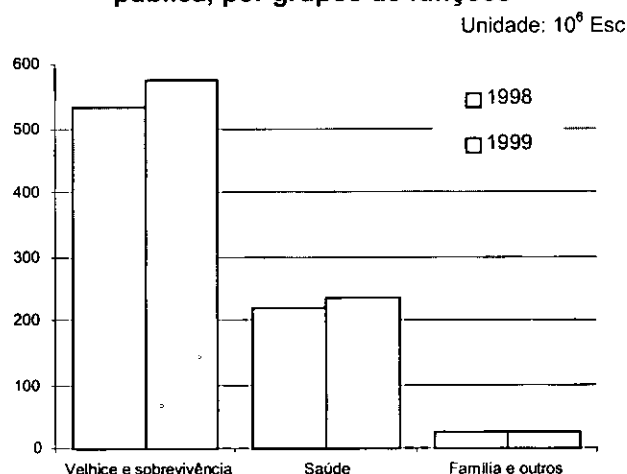
Em 1999 foram concedidos, pelos regimes de protecção social da função pública, 833 milhões de contos em prestações sociais. De entre as principais prestações concedidas salientaram-se as pensões de velhice, maioritariamente atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, representando 56,6% do total, e as despesas com cuidados de saúde suportadas pelo subsistema de saúde – a ADSE, consistindo em 8%.

Em termos globais a velhice e sobrevivência representaram o principal grupo de funções concedidas (69%), seguindo-se-lhe a saúde (28,1%) e as restantes funções (2,9%).

2.18-Prestações sociais dos regimes da função pública, por grupos de funções



2.19-Prestações sociais dos regimes da função pública, por grupos de funções

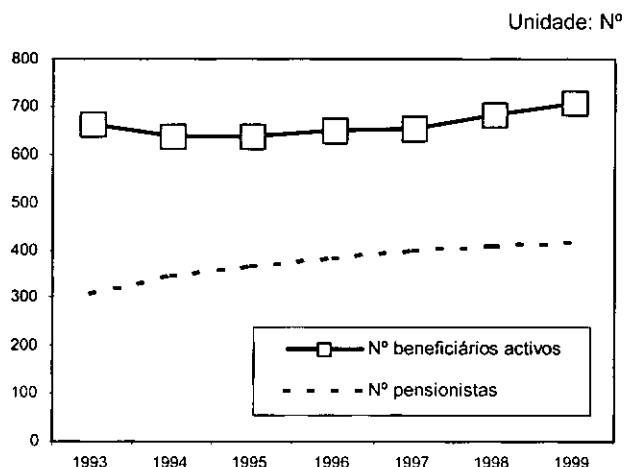


O número de beneficiários activos foi superior ao dos pensionistas; no entanto, estes últimos têm apresentado um ritmo de crescimento superior (o número de pensionistas tem crescido, desde 1993, ao ritmo de 5,3%, por ano, enquanto que os

beneficiários activos apresentam uma média anual de crescimento de 1,2%).

Apesar das diferenças de crescimento entre ambos, constata-se que a relação entre o número de beneficiários activos e os pensionistas, tem permanecido constante desde 1995.

2.20-Número de beneficiários e número de pensionistas, em 31 de Dezembro

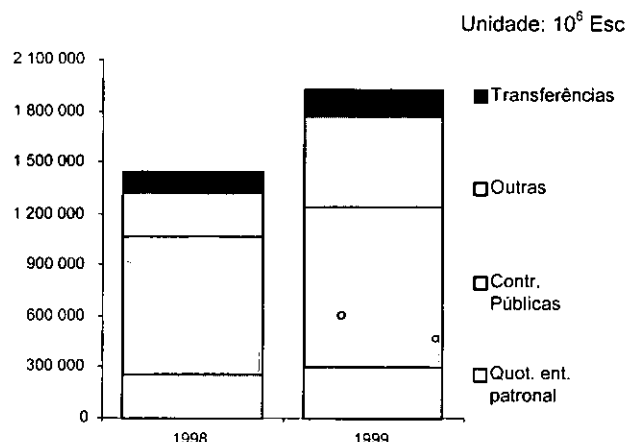


O conjunto formado pela Administração Central, Regional e Local constitui a principal área de origem dos pensionistas da função pública (representando, em 1999, cerca de 58% do total), bem como do número de inscrições na Caixa Geral de Aposentações, por parte de novos subscritores (em 1999, do total de inscrições realizadas para subscrição dos benefícios da CGA, 84% era proveniente da área anteriormente mencionada).

OUTROS REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL

As receitas dos outros regimes de protecção social, de um modo geral, registaram aumentos, à excepção das prestações directamente pagas pelas entidades patronais. De entre os crescimentos das receitas dos "outros regimes", constatou-se um grande aumento de receitas por parte do SNS (mais 51,5% do que em 1998), derivando do facto deste regime ter voltado a receber as "regularizações de dívidas por ordem do Tesouro" (montante atribuído pelo Tesouro para pagamento das dívidas do SNS), o que não acontecia desde 1996.

2.21-Receitas dos "Outros regimes de protecção social"



No que diz respeito às despesas com protecção social realizadas por estes regimes, as entidades patronais registaram uma pequena redução, consequência de alguma contenção, em termos da atribuição de prestações sociais, por parte de algumas empresas (em 1999 as entidades patronais concederam menos 2 318 milhões de escudos do que no ano anterior).

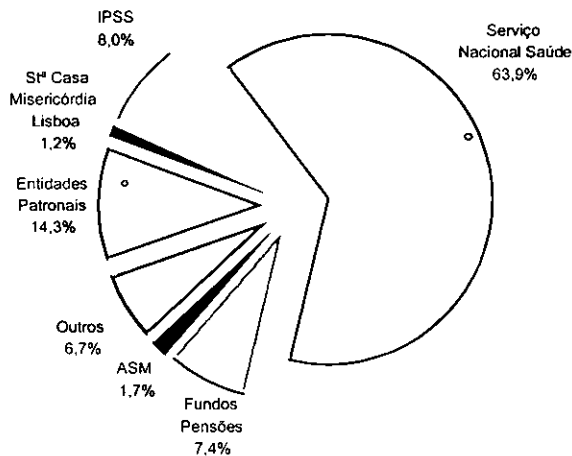
De um modo mais específico, em 1999:

- as prestações sociais concedidas pelo SNS ascenderam a 1 120 milhões de contos, traduzindo-se num aumento de aproximadamente 117 748 milhões de escudos, em relação a 1998, no que diz respeito à prestação de cuidados de saúde hospitalares e ambulatoriais (fornecimento directo e reembolso de produtos farmacêuticos, reembolsos, etc.);
- as prestações directamente pagas pelas entidades patronais aos seus funcionários totalizaram 195 milhões de contos, salientando-se o aumento de importância por parte de "Velhice e Sobrevivência" relativamente às restantes áreas (em 1999 esta área passou a representar 46,9% do total das prestações concedidas por este regime, em detrimento das restantes áreas de protecção social);
- os benefícios sociais concedidos pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social registaram um aumento de 23,2% em relação ao ano anterior, tendo ascendido a 126 850 milhões de escudos. A "Família" manteve-se como principal área para o desenvolvimento das acções levadas a cabo por estas instituições;
- as acções de solidariedade desempenhadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa traduziram-se em 14 855 milhões de escudos, 49% dos quais foram realizados em prestações de "Saúde" levados a cabo pelos Serviços de Saúde de S. Roque (cuidados de saúde primários e diferenciados), Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA) e o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão;

- apesar do aumento das prestações atribuídas pelas Associações de Socorros Mútuos (31%), comparativamente a 1998, a "Velhice e Sobrevivência" manteve-se como a área em que foram despendidos montantes mais elevados – cerca de 94,6% do total;
- os Fundos de Pensões ascenderam a 136 679 milhões de escudos, tendo-se repartido por "Velhice e Sobrevivência" (67,2%) e "Saúde" (32,8%);
- as prestações atribuídas pelo conjunto formado por: Associação de Deficientes das Forças Armadas, Cruz Vermelha Portuguesa, Instituto Nacional de Emergência Médica, etc, traduziram-se em cerca de 89 116 milhões de escudos, representando a "Saúde" cerca de 90% do total.

2.22-Despesas dos "Outros regimes de protecção social"

1999

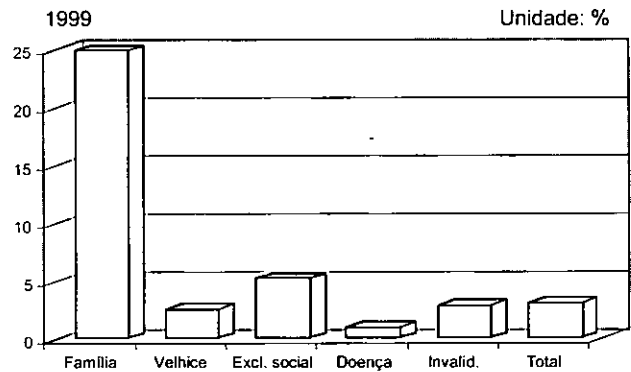


INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Em 1999 as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) foram responsáveis por aproximadamente 3% das prestações sociais concedidas, isto é, 126 850 milhões de escudos.

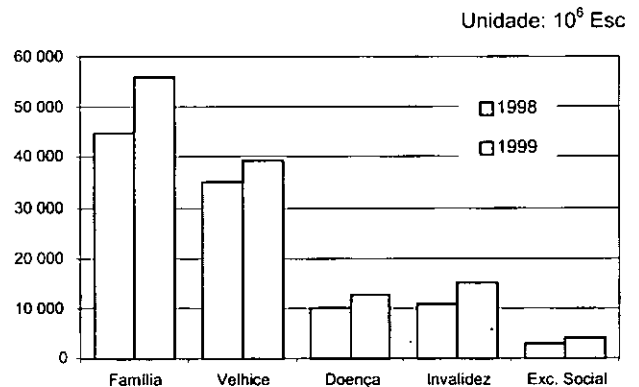
De um modo geral tem-se vindo a assistir ao aumento da importância das actividades levadas a cabo pelas IPSS em termos de total da protecção social, nomeadamente no que diz respeito à função Família – em 1999, as actividades levadas a cabo pelas IPSS, neste âmbito, representaram cerca de 25% do total.

2.23-Representatividade das IPSS na protecção social, por grupos de funções

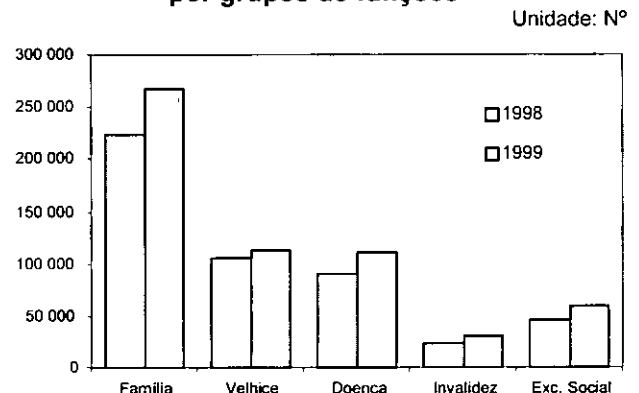


"Família" e "Velhice" constituíram as principais áreas em que as IPSS exerceram as suas actividades de protecção social, nomeadamente através de: creches, jardins de infância, actividades dos tempos livres, lares e internatos para crianças e jovens, estabelecimentos para crianças e jovens com deficiência, apoio domiciliário, colónias de férias, lares de terceira idade, recolhimentos, centros de dia, centros de convívio, residências para pessoas idosas.

2.24-Prestações sociais das IPSS, por grupos de funções

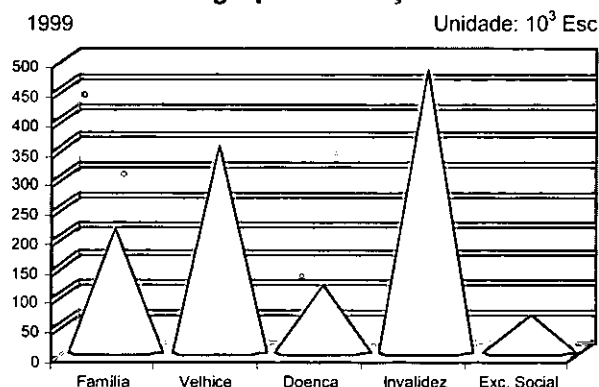


2.25-Número de utentes das IPSS, por grupos de funções



“Invalidez” e “Velhice” foram as áreas em que os custos médios por utente atingiram valores mais elevados, os quais ascenderam a 481 contos e 350 contos, respectivamente, em 1999.

2.26-IPSS - Custo médio por utente, segundo os grupos de funções



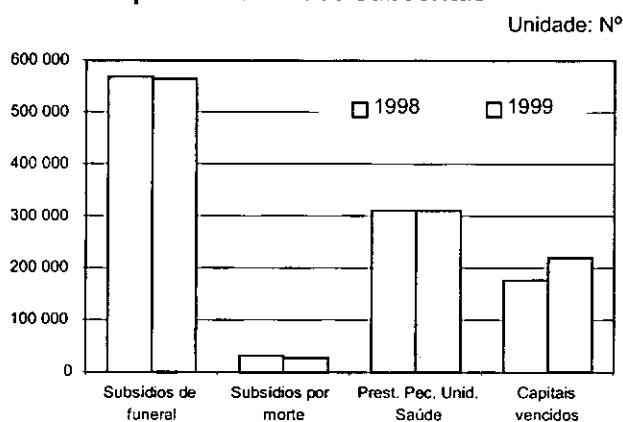
ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS

Em 1999 existiam 81 Associações de Socorros Mútuos (ASM), possuindo como associados: 854 308 associados activos e 141 079 familiares.

Em termos de modalidades existentes, 565 362 associados subscreveram o subsídio de funeral, 172 091 a medicina preventiva, curativa e de reabilitação e 139 975 a assistência medicamentosa, tendo sido estas as modalidades subscritas por maior número de associados.

No que diz respeito às prestações pagas em 1999, o subsídio de funeral, os capitais vencidos em vida, bem como, a medicina preventiva, curativa e de reabilitação e as pensões de sobrevivência foram as principais prestações pagas pelas associações de socorros mútuos.

2.27-ASM - Número de associados efectivos, por modalidades subscritas



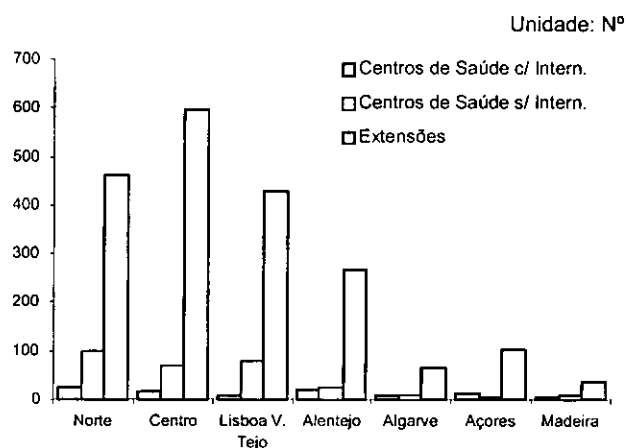
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Em termos globais, e para 1999, os subsídios de exploração concedidos ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) constituíram 56,8% das suas receitas, enquanto que as despesas com terceiros foram o principal destino das suas despesas (em 1999 representavam 30,9% do total de despesas).

No que diz respeito à desagregação das receitas do SNS, por grupos de serviços, constata-se que as receitas dos hospitais assumiram papel preponderante, representando mais de 50%, de cada uma das componentes da receita deste regime.

De igual modo os hospitais foram ainda responsáveis pela maioria das despesas do SNS, no que diz respeito a compras (em 1999, 92,4% das compras do SNS foram realizadas pelos hospitais) e despesas com pessoal (em 1999, estas despesas corresponderam a 66,7% do total das despesas com pessoal do SNS). Por outro lado, as Administrações Regionais de Saúde (ARS) foram responsáveis por cerca de 76% dos fornecimentos e serviços externos do SNS.

2.28- ARS: Serviços próprios, por regiões



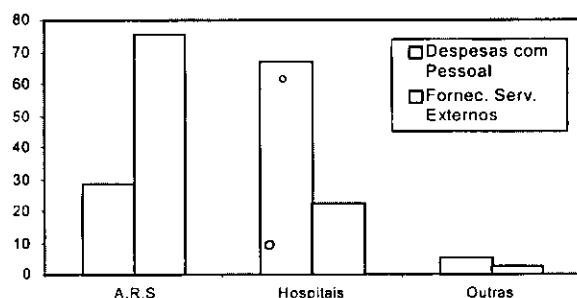
O Norte foi a região que, em 1999, apresentou maior número de centros de saúde (com internamento: 25, sem internamento: 99).

No que diz respeito a extensões dos centros de saúde, a região Centro evidenciou-se com 599 extensões.

Em termos de indicador qualitativo, o número de habitantes por médico tem vindo a sofrer reduções, tendo passado da existência de uma média de 344 indivíduos por cada médico, em 1993, para 315 em 1999.

2.29-Despesas por grupos de Serviços

Unidade: %



As relações existentes entre o SNS e outras entidades (subsistemas de saúde, companhias de seguros, etc.) traduzem-se no reembolso, por parte de todas as entidades, públicas ou privadas, dos encargos que os estabelecimentos oficiais suportam com os seus beneficiários, aquando da prestação de cuidados de saúde.

Em 1999, o montante total da dívida contraída pelos diversos clientes do SNS situava-se na ordem dos 97 milhões de contos, sendo a ADSE o principal cliente devedor (as suas dívidas ascenderam a 37% do total).

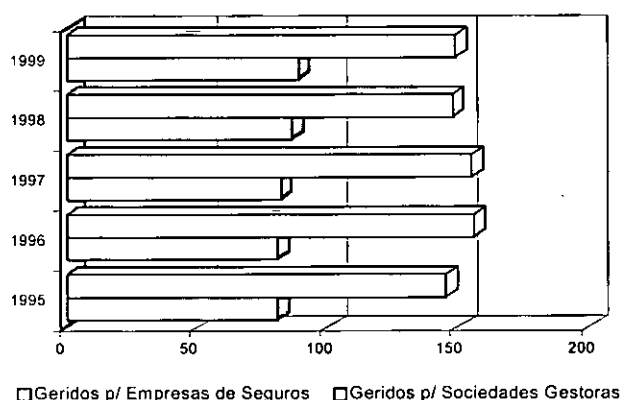
Por outro lado, assumem bastante significado os valores em dívida pelo SNS, resultantes de despesas efectuadas no desempenho de diversas funções.

Em 1999, o valor total em dívida atingiu cerca de 296 milhões de contos, 60% dos quais relativos a subcontratos.

As taxas moderadoras cobradas, em 1999, pelo SNS (nomeadamente ARS e hospitais), no montante de 7 200 mil contos representaram cerca de 8,7% do total dos serviços prestados, no âmbito da actividade hospitalar.

2.31-Número de fundos de pensões, por entidade gestora

Unidade: Nº



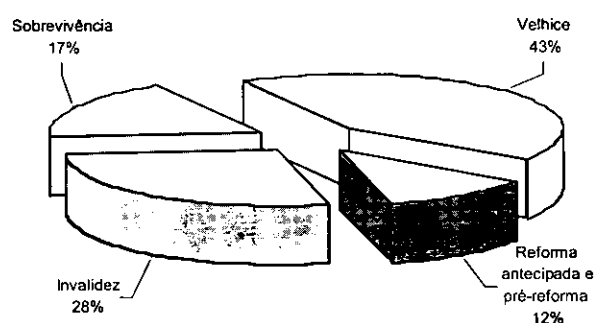
Ao proceder-se à análise comparativa entre os montantes das contribuições realizadas e os montantes de pensões pagas, nos dois últimos anos (1998 e 1999), verifica-se que o montante pago em pensões registou um aumento de 11,6%, sendo superior ao registado pelas contribuições (4,7%).

Do mesmo modo, o aumento registado pelo número de beneficiários: 4% ultrapassou o aumento do número de participantes: 2,8%.

71% dos beneficiários receberam pensões de velhice e invalidez, totalizando cerca de 96 milhões de contos.

2.32-Beneficiários dos fundos de pensões, por tipo de pensões pagas

1999



Nos últimos dois anos – 1998 e 1999 – a repartição funcional dos montantes de pensões pagas manteve-se, havendo a salientar o aumento do diferencial entre os montantes pagos em pensões de velhice e os montantes pagos em pensões de invalidez.

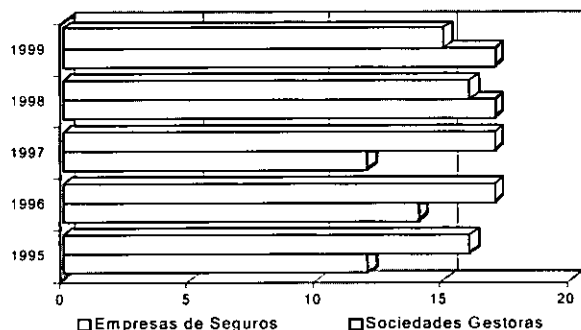
FUNDOS DE PENSÕES

Em 1999 existiram 32 entidades gestoras de fundos de pensões a gerir 238 fundos, no valor de 2 588 milhões de contos.

As contribuições realizadas totalizaram os 239 milhões de contos.

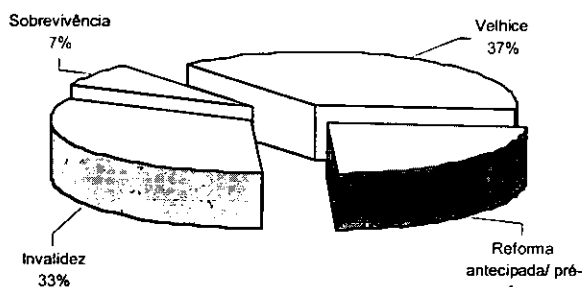
2.30-Entidades gestoras de fundos

Unidade: Nº

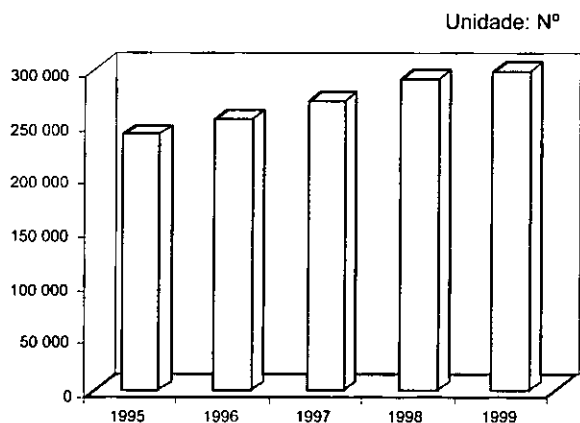


2.33-Pensões pagas, por funções

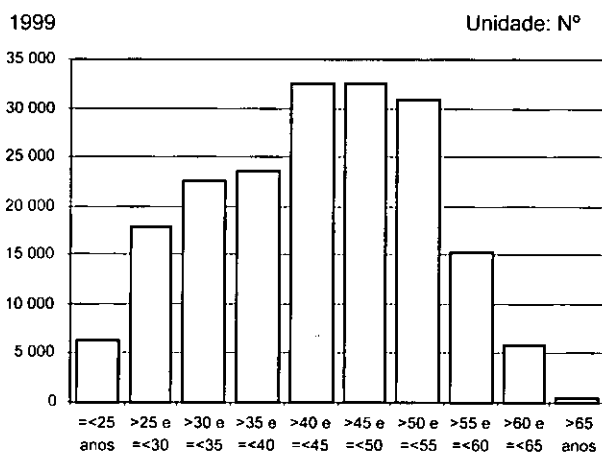
1999



2.34-Fundos de pensões - Número de participantes

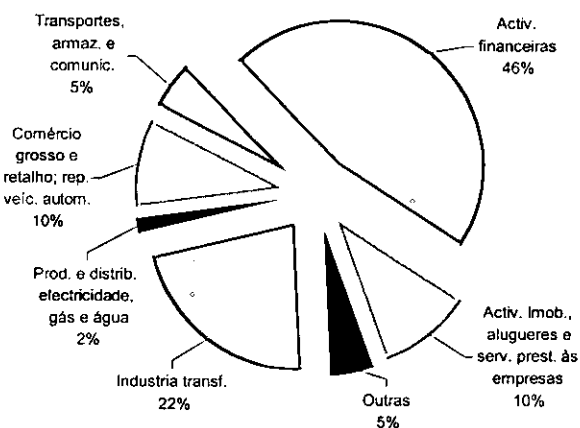


2.35-Fundos de pensões - Número de participantes, por idade actuarial



2.36-Associados dos fundos de pensões, por sector de actividade

1999



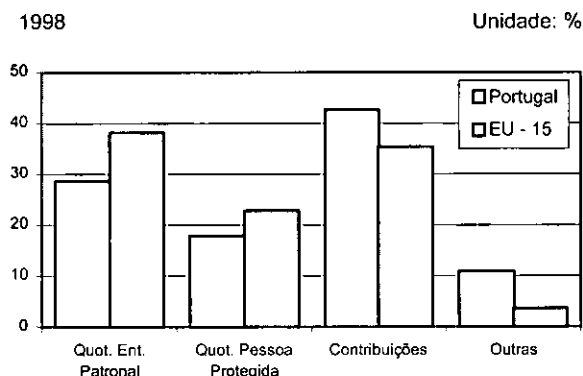
PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

Ao nível da União Europeia, em 1998 (últimos dados disponíveis), as quotizações sociais constituíram a principal fonte de financiamento da Protecção Social, representando 60,9% do total das receitas, seguindo-se-lhes as contribuições públicas financiadas com base em impostos (35,4%).

Aproximadamente 38,2% das receitas da protecção social foram financiadas pela entidade patronal, e 22,7% pelas pessoas protegidas (assalariados, trabalhadores independentes, reformados, etc.).

A média europeia oculta diferenças importantes entre os países, no que diz respeito à estrutura do financiamento da protecção social. No caso de Portugal o nível de financiamento realizado mediante quotizações sociais (46,5%) aproximou-se do das contribuições públicas (42,6%).

Em termos de evolução constata-se que, entre 1996 e 1998, as contribuições públicas na União Europeia aumentaram cerca de 2,9% enquanto que as quotizações sociais reduziram 1,4%. No que diz respeito a Portugal, as quotizações sociais aumentaram 3,8% e as contribuições públicas 0,6%.

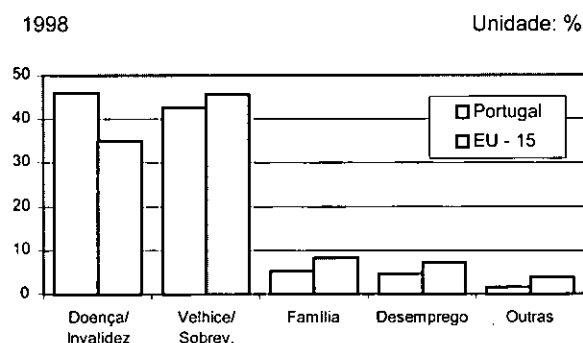
2.37-Receitas, por natureza

Em relação à estrutura das prestações sociais, verifica-se a existência de diferenças entre Portugal e os níveis médios europeus.

Em Portugal, considerando o período compreendido entre 1996 e 1998, "Doença e Invalidez" foi o conjunto de funções para o qual foram despendidos montantes mais elevados (em 1998 representava cerca de 46% do total das prestações e 9,4% do PIBpm), os quais se aproximavam dos níveis de "Velhice e Sobrevivência" (cerca de 43% do total e 8,7% do PIBpm) tendo evoluído ambos de uma forma estável.

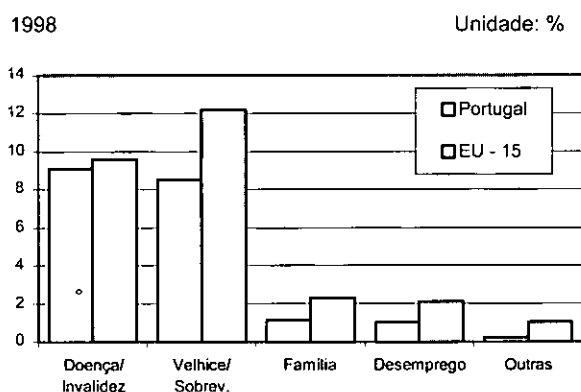
Contrariamente à tendência portuguesa observa-se que em termos comunitários as prestações concedidas no âmbito da "Velhice e Sobrevivência" constituíram o conjunto de prestações da protecção social mais relevante (em 1998 e no que diz respeito ao total de prestações representavam 45,7%, e 12,2% em termos de importância no PIBpm), reflectindo, para além de outros factores, a proporção da população com mais de 65 anos (16% em relação ao total, traduzindo-se em mais 1% do que em Portugal).

Comparativamente às funções anteriormente mencionadas, e no que diz respeito aos níveis comunitários, a Família possuiu um peso diminuto (em 1998 representava 8,3% do total das prestações e 2,2% do PIB), consequência da estrutura etária da população europeia.

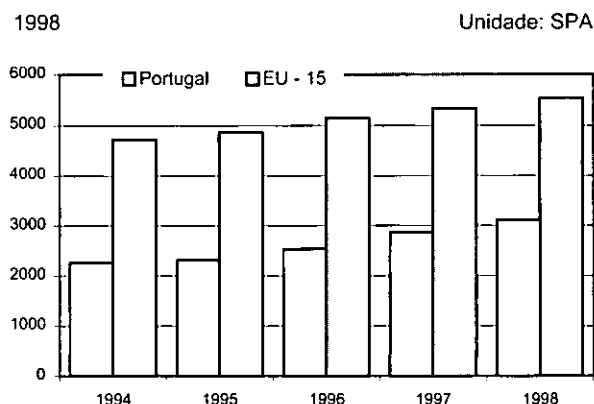
2.38-Prestações por função

Entre 1993 e 1998, na União Europeia, a importância das despesas de protecção social em termos de PIBpm apresentou uma ligeira tendência para a redução. Esta evolução resultou quer do aumento do PIBpm, quer do abrandamento do crescimento das despesas de protecção social (salientando-se a diminuição das prestações de desemprego).

No que diz respeito à representatividade das despesas de protecção social em termos de PIBpm, verificou-se uma lenta aproximação dos níveis portugueses (1998: 24,2%) aos da média comunitária (1998: 27,7%), o qual se deveu à evolução crescente que se fez sentir, em Portugal, a partir de 1995.

2.39-Prestações, por grupos de funções, no PIBpm

Em termos de poder de compra standart (SPA), por habitante, verifica-se que em Portugal foram despendidos menos 2 422 SPA em despesas de protecção social do que na União Europeia. Quando traduzidas em ECU, as disparidades acentuam-se: em Portugal, em média, cada habitante usufruiu de 2 239 ECU em 1998, enquanto que na União Europeia foram atribuídos 5 601 ECU.

2.40-Despesas de protecção social, por habitante, em SPA

CAPÍTULO 3

DADOS GERAIS

3.1. Receitas da protecção social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1998	1999
		2	3
TOTAL		4 448 573	5 235 776
Quotizações da Entidade Patronal		1 228 929	1 370 031
Quotizações da Pessoa Protegida		764 600	833 312
Contribuições Públicas		1 824 101	2 028 768
Outras		466 442	728 751
Transferências		164 501	274 914

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

3.2. Despesas da protecção social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1998	1999
		2	3
TOTAL		4 659 384	5 183 042
Prestações sociais		3 920 109	4 278 479
Custos de funcionamento		168 991	182 746
Outras despesas		405 783	446 903
Transferências		164 501	274 914

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

3.3. Prestações da protecção social, por grupos de funções

Unid: 10⁶ Esc

Funções	Anos	1998	1999
	1	2	3
TOTAL		3 920 109	4 278 479
Saúde (invalidez e doença)		1 800 824	1 950 874
Velhice e sobrevivência		1 671 178	1 870 034
Família		204 294	223 117
Desemprego		183 333	159 571
Habitacão		677	602
Exclusão social		59 803	74 281

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

3.4. Estrutura dos diferentes regimes de protecção social, na cobertura de cada risco

Unid: %

Funções	Anos e Regimes	1998				1999			
		Total	R1	R2	R3	Total	R1	R2	R3
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Saúde (invalidez e doença)		100,0	18,4	12,2	69,5	100,0	17,8	12,0	70,2
Velhice e sobrevivência		100,0	56,1	31,8	12,1	100,0	56,9	30,7	12,4
Família		100,0	62,3	11,5	26,2	100,0	60,8	10,3	28,9
Desemprego		100,0	93,2	-	6,8	100,0	91,9	-	8,1
Habitacão		100,0	47,3	52,8	-	100,0	50,0	50,2	-
Exclusão social		100,0	79,1	0,4	20,5	100,0	87,1	0,3	12,4

Nota: R1 - Regimes da Segurança Social; R2 - Regimes da Função Pública; R3 - Outros regimes

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

3.5. INDICADORES

3.5.1. Despesas de Protecção Social, em % do PIBpm

							Unid: %
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas Protecção Social / PIBpm	22,1	22,0	22,3	22,3	23,3	24,2	24,3

Fonte: PIB pm - Contas Nacionais, 1998 e 1999 - dados provisórios

3.5.2. Prestações de protecção social, por grupos de funções, em % do PIBpm

							Unid: %	
Funções	Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8	
TOTAL	18,2	18,8	18,6	19,5	19,8	20,4	20,1	
Saúde	8,7	9,1	8,3	8,7	10,1	9,4	9,2	
Velhice+Sobrevivência	7,4	7,5	8,1	8,4	9,3	8,7	8,8	
Família	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	
Desemprego	0,9	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0	0,7	
Habitacão	0	0	0	0	0	0	0	
Exclusão Social	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	

Fonte: PIB pm - Contas Nacionais, 1999 - dados provisórios

3.5.3. Despesas de protecção social per capita

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Desp. Prot. Social / Pop. residente	300,3	324,6	355,8	377,5	418,6	466,9	518,4

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.4. Despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas velhice e sobrev./Pop. activa	211,4	228,9	266,0	293,0	311,8	335,1	370,5

Fonte: População activa - Inquérito ao Emprego (INE)

3.5.5. Despesas da função doença, por habitante e PIBpm per capita

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Despesas em Doença/Pop. residente	83,7	95,7	96,5	107,5	118,2	129,2	143,4
PIBpm/População residente	1 361,0	1 475,9	1 581,4	1 691,5	1 798,2	1 928,5	2 131,8

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.6. Prestações familiares per capita

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Prestações Familiares/Pop. residente	15,1	15,5	16,9	18,3	18,9	20,5	22,3

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.7. População residente, por grupos etários

		Unid: %						
Anos	1	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
		2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários								
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14 anos		18,4	18,0	17,6	17,3	17,0	16,9	16,7
15-64 anos		67,4	67,6	67,7	67,8	67,9	67,9	67,9
65 e + anos		14,2	14,4	14,7	14,9	15,1	15,2	15,3

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.8. Índices de dependência (de jovens; idosos; jovens e idosos)

		Unid: %						
Anos	1	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
		2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários								
Jovens: (0-14 anos)/(15-64)		27,4	26,6	26,0	25,5	25,1	24,8	24,6
Idosos: (65 e+ anos)/(15-64)		21,1	21,4	21,7	21,9	22,2	22,4	22,6
Total: (0-14 anos)+(65 e+anos)/(15-64 anos)		48,5	48,0	47,6	47,4	47,3	47,2	47,2

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.9. Índices de envelhecimento

		Unid: %						
Anos	1	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
		2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários								
65 e + anos/0-14 anos		77,1	80,2	83,5	86,1	88,5	90,3	91,6

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

3.5.10. Taxas de substituição

		Unid: %						
Anos	1	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
		2	3	4	5	6	7	8
Grupos etários								
0-14 anos/65 e + anos		29,6	24,6	19,8	16,2	13,0	10,7	9,1

Fonte: Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

CAPÍTULO 4

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DO SECTOR PRIVADO

4.1. Receitas dos regimes de segurança social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1998	1999
		2	3
TOTAL		2 213 180	2 444 218
Quotizações da Entidade Patronal		942 785	1 029 795
Quotizações da Pessoa Protegida		543 900	582 176
Contribuições Públicas		484 575	519 837
Outras		189 942	191 390
Transferências		51 978	121 020

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.2. Despesas dos regimes de segurança social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Anos	1998	1999
		2	3
TOTAL		2 193 416	2 486 868
Prestações sociais		1 613 579	1 757 043
Custos de funcionamento		56 916	62 657
Outras despesas		362 730	396 950
Transferências		160 191	270 218

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.3. Prestações sociais, por grupos de funções

Funções	Anos, montantes e beneficiários	1998		1999	
		Montante	Beneficiários	Montante	Beneficiários
		10 ⁶ Esc	Nº	10 ⁶ Esc	Nº
1		2	3	4	5
TOTAL		1 613 580	5 239 348	1 757 043	X
Velhice e Sobrevivência		937 260	2 192 920	1 063 228	X
Pensão de Velhice		724 574	1 460 445	837 242	x
Pensão de Sobrevivência		171 959	573 329	187 412	x
Subsídio de funeral		986	28 000	945	x
Subsídio por morte		21 986	81 128	24 415	x
Acção Social (sem IPSS)		8 037	x	1 925	x
Outras		9 718	50 018	11 289	x
Saúde (Invalidez e Doença)		330 579	1 279 341	346 511	X
Subsídio de doença		90 883	661 698	89 358	x
Pensão de Invalidez		211 041	397 797	228 593	x
Acção Social (sem IPSS)		834	x	24 212	x
Outras		27 821	219 846	4 348	x
Família		127 303	1 401 593	135 613	X
Abono de família / Subsídio familiar a crianças e jovens		83 389	1 260 851	85 549	x
Subsídio de maternidade		18 530	65 625	22 702	x
Subsídio de nascimento		35	-	-	x
Subsídio de aleitação		134	-	-	x
Acção Social (sem IPSS)		18 155	x	17 026	x
Outras		7 060	75 117	10 336	x
Desemprego		170 817	358 986	146 681	X
Subsídio de desemprego		133 056	322 932	100 821	x
Outras		37 761	36 054	45 860	x
Exclusão Social		47 301	X	64 709	X
Subs. eventuais a famílias sit. carência ec.		1 762	x	2 583	x
Acções de apoio a tóxico-dependentes		1 292	x	1 686	x
Luta contra a pobreza		5 381	x	5 865	x
Rendimento Mínimo Garantido		36 878	x	52 481	x
Outras		1 988	x	2 094	x
Habitação		320	6 508	301	X

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4.4. Beneficiários activos, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos	3 872 043	4 025 383	4 197 313	4 153 959	4 210 708	4 275 925	X

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1993 - 1998

4.5. Pensionistas, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a)	2 314 662	2 336 414	2 364 251	2 390 004	2 414 790	2 431 571	2 449 419

(a) Pensionistas de velhice, de invalidez e sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1993 - 1998

Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade: 1999

4.6. Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral,
por escalões de pensão

Escalões de pensão	1998				1999				
	Velhice		Invalidez		Escalões de pensão	Velhice		Invalidez	
	nº	%	nº	%		nº	%	nº	%
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
TOTAL	1 025 244	100	310 478	100		1 058 579	100	313 967	100
P <= 18 780 escudos	14 328	1.4	14 066	4.5	P <= 20 400 escudos	15 902	1.5	14 424	4.6
18 780 < P <= 28 000	74 440	7.3	36 670	11.8	20 400 < P <= 28 000	53 165	5.0	24 914	7.9
28 000 < P <= 30 000	392 250	38.3	108 262	34.9	28 000 < P <= 32 000	22 751	2.1	9 848	3.1
30 000 < P <= 40 000	262 907	25.6	91 790	29.6	32 000 < P <= 40 000	591 931	55.9	180 063	57.4
40 000 < P <= 50 000	103 042	10.1	21 148	6.8	40 000 < P <= 50 000	153 167	14.5	40 354	12.9
50 000 < P <= 60 000	49 308	4.8	8 236	2.7	50 000 < P <= 60 000	72 258	6.8	11 999	3.8
60 000 < P <= 70 000	28 019	2.7	5 814	1.9	60 000 < P <= 70 000	31 396	3.0	6 258	2.0
70 000 < P <= 80 000	19 187	1.9	4 375	1.4	70 000 < P <= 80 000	22 318	2.1	4 583	1.5
80 000 < P <= 90 000	14 475	1.4	3 587	1.2	80 000 < P <= 90 000	16 420	1.6	3 738	1.2
90 000 < P <= 125 000	31 183	3.0	8 476	2.7	90 000 < P <= 125 000	35 809	3.4	8 856	2.8
125 000 < P <= 250 000	29 812	2.9	6 969	2.2	125 000 < P <= 250 000	35 568	3.4	7 652	2.4
P > 250 000 escudos	6 293	0.6	1 085	0.3	P > 250 000 escudos	7 894	0.7	1 278	0.4

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1998

Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade: 1999

**4.7. Subsídios de desemprego e social de desemprego, beneficiários e montantes
no ano, por regiões**

Região	Anos, montantes e beneficiários	1998		1999	
		Benef. (a)	Montante	Benef. (a)	Montante
		Nº	10 ⁶ Esc	Nº	10 ⁶ Esc
1		2	3	4	5
PORTUGAL		166 903	131 180	x	141 725
Norte		56 149	41 624	x	45 606
Centro		25 691	19 306	x	21 515
Lisboa e Vale do Tejo		59 829	54 440	x	59 365
Alentejo		11 855	6 580	x	6 783
Algarve		7 055	4 490	x	4 227
Região Autónoma dos Açores		2 739	1 556	x	2 022
Região Autónoma da Madeira		2 871	2 072	x	2 207
Caixas (b)		714	1 112	x	x

(a) Nº de beneficiários no mês de Dezembro

(b) Caixas não integradas nos CRSS.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1998

Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade: 1999

4.8. RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

4.8.1. Titulares e novos titulares do Rendimento Mínimo Garantido,
por anos, sexo e regiões

Unid: nº

Região	1997		1998				1999			
	Titulares		Titulares		Novos titulares		Titulares		Novos titulares	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Portugal	14 184	5 276	104 938	36 712	93 497	32 503	153 885	51 573	62 779	19 955
Norte	5 183	2 162	42 244	15 617	38 422	14 054	65 855	22 911	28 491	9 266
Centro	2 031	744	16 082	5 464	14 523	4 872	22 849	7 419	9 384	2 874
Lisboa e Vale do Tejo	4 684	1 300	27 529	7 552	23 444	6 425	39 146	10 988	15 715	4 667
Alentejo	417	174	6 315	2 428	6 058	2 312	8 893	3 256	3 488	1 189
Algarve	341	130	4 677	1 421	4 346	1 296	6 495	1 876	2 113	553
R. A. Açores	1 472	748	7 569	4 055	6 218	3 381	10 009	4 909	3 316	1 314
Desconhecido	56	18	522	175	486	163	638	214	272	92

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

4.8.2. Titulares do Rendimento Mínimo Garantido, por tipo de família

1999		Unid: nº								
Tipo de Família		Total	Família nuclear sem filhos	Família nuclear com filhos	Família alargada mais de 1 núcleo	Família mono-parental Homem	Família mono-parental Mulher	Isolada Homem	Isolada Mulher	Outra
Região										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Total	153 885	19 713	55 756	5 550	1 914	32 001	16 734	21 825	392	
Norte	65 855	7 970	26 406	2 416	611	11 273	7 357	9 817	5	
Centro	22 849	3 724	8 133	556	261	4 237	2 357	3 567	14	
Lisboa e Vale do Tejo	39 146	4 616	9 908	1 540	708	11 669	4 777	5 581	347	
Alentejo	8 893	1 380	3 359	478	105	1 618	995	958	-	
Algarve	6 495	775	2 306	481	171	1 573	581	608	-	
R. A. Açores	10 009	1 177	5 433	56	51	1 459	591	1 216	26	
Desconhecido	638	71	211	23	7	172	76	78	-	
Dados retrospectivos										
1998	104 938	13 965	39 296	4 116	1 289	21 949	9 923	14 202	198	
1997	14 184	2 050	5 245	569	166	3 039	1 127	1 963	25	

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

4.8.3. Titulares do Rendimento Mínimo Garantido, por escalões de valores da prestação

1999		Unid: nº						
Região \ Escalão de Prestação	Total	0 a 10 (10³ Esc)	10 a 20 (10³ Esc)	20 a 40 (10³ Esc)	40 a 80 (10³ Esc)	80 a 100 (10³ Esc)	100 a 200 (10³ Esc)	
1	2	3	4	5	6	7	8	
Total	153 885	49 266	25 854	53 647	22 434	1 778	906	
Norte	65 855	22 451	11 512	22 534	8 505	570	283	
Centro	22 849	7 146	4 485	8 000	2 928	199	91	
Lisboa e Vale do Tejo	39 146	11 201	5 680	14 739	6 671	581	274	
Alentejo	8 893	3 582	1 224	2 472	1 335	160	120	
Algarve	6 495	1 699	1 151	2 285	1 199	110	51	
R. A. Açores	10 009	2 999	1 700	3 385	1 695	150	80	
Desconhecido	638	188	102	232	101	8	7	
Dados retrospectivos								
1998	104 938	37 981	16 345	33 018	15 459	1 404	731	
1997	14 184	5 358	2 050	4 236	2 229	204	107	

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

4.8.4. Evolução das prestações do Rendimento Mínimo Garantido, cessadas por sucesso, por região

Unid: %

Região	Prestações cessadas					
	1997		1998		1999	
	Total	por sucesso	Total	por sucesso	Total	por sucesso
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)
1	2	3	4	5	6	7
Portugal	28,5	19,3	17,7	10,7	20,6	12,1
Norte	39,8	31,2	16,0	11,4	18,0	12,5
Centro	35,3	21,3	21,1	11,0	23,4	12,5
Lisboa e Vale do Tejo	18,9	11,4	19,6	11,6	23,2	12,5
Alentejo	58,7	40,9	21,3	11,1	25,9	15,0
Algarve	5,0	1,8	7,8	4,2	10,5	6,1
R. A. Açores	12,3	4,8	14,4	7,0	20,9	9,2
Desconhecido	87,5	22,5	39,6	13,7	55,3	12,3

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

a) Prestações cessadas/Prestações atribuídas

b) Prestações cessadas por sucesso/Prestações atribuídas

4.9. INDICADORES

4.9.1. Beneficiários activos, em % da população residente

Unid: %

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / População residente	39,1	40,6	42,3	41,7	42,3	42,8	X

Fonte: *Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)**Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1993 - 1998*

4.9.2. Pensionistas, em % da população residente

Unid: %

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População residente	23,4	23,6	23,8	24,0	24,3	24,4	24,5

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: *Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)**Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1993 - 1998**Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade: 1999*

4.9.3. Pensionistas, em % da população activa

Unid: %

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População activa	49,1	48,9	49,7	49,2	49,7	48,8	48,5

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: *Inquérito ao Emprego (INE)**Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1993 - 1998**Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade: 1999*

4.9.4. Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / Pensionistas (a)	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7	1,8	X

(a) Pensionistas de velhice, invalidez e de sobrevivência

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1993 - 1998

4.9.5. Despesas das prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Prest.de velhice e sobrevivência / Pop.activa	134,2	145,5	159,9	178,1	180,0	187,9	210,7

Fonte: Inquérito ao Emprego (INE)

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social: 1993 - 1998

Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade: 1999

CAPÍTULO 5

REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

5.1. Receitas do regime da função pública, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Regimes Natureza e anos		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local	ADSE	Serviços Sociais	Outras
		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1999	866 300	634 525	72 272	94 405	28 072	37 026
	1998	795 208	586 738	63 413	88 772	24 653	31 632
Quotizações da Entidade Patronal	1999	37 763	37 741	-	-	-	22
	1998	31 292	31 292	-	-	-	-
Quotizações da Pessoa Protegida	1999	225 303	224 839	-	-	-	464
	1998	201 784	201 410	-	-	-	374
Contribuições Públicas	1999	566 416	362 319	72 272	81 293	14 355	36 177
	1998	529 422	345 032	63 413	76 797	13 322	30 858
Outras	1999	36 818	9 626	-	13 112	13 717	363
	1998	32 710	9 004	-	11 975	11 331	400
Transferências	1999	-	-	-	-	-	-
	1998	-	-	-	-	-	-

5.2. Despesas do regime da função pública, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Regimes Natureza e anos		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local	ADSE	Serviços Sociais	Outras
		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1999	850 911	628 458	72 272	90 336	24 624	35 221
	1998	790 496	586 739	63 413	86 206	22 938	31 202
Prestações Sociais	1999	832 572	622 943	72 272	88 736	13 714	34 907
	1998	774 430	582 146	63 413	85 015	12 913	30 944
Custos de funcionamento	1999	11 624	4 197	-	1 600	5 564	263
	1998	11 646	4 075	-	1 191	6 163	217
Outras despesas	1999	6 715	1 318	-	-	5 346	51
	1998	4 420	518	-	-	3 861	41
Transferências	1999	-	-	-	-	-	-
	1998	-	-	-	-	-	-

5.3. Prestações de protecção social, por grupos de funções

Regimes		Unid: 10 ⁶ Esc					
		TOTAL	CGA	Admin. Central e Local	ADSE	Serviços Sociais	Outras
Grupos de Funções							
1		2	3	4	5	6	7
TOTAL	1999	832 572	622 943	72 272	88 736	13 714	34 907
	1998	774 430	582 146	63 413	85 015	13 195	30 944
Velhice e Sobrevivência	1999	574 764	547 114	27 049	-	485	116
	1998	531 255	509 593	20 938	-	827	179
Pensão de velhice	1999	498 166	471 134	27 015	-	-	17
	1998	459 818	438 917	20 901	-	-	-
Pensão de sobrevivência	1999	72 358	72 352	-	-	-	6
	1998	67 425	67 425	-	-	-	-
Subsidio de funeral	1999	390	360	-	-	12	18
	1998	322	283	-	-	12	27
Subsidio por morte	1999	3 348	3 268	-	-	5	75
	1998	3 101	2 968	-	-	-	133
Outras	1999	502	-	34	-	468	-
	1998	588	-	37	-	532	19
Saúde (Invalidez e Doença)	1999	234 296	74 657	26 895	88 736	10 575	33 433
	1998	219 179	71 258	23 346	85 015	10 045	29 515
Cuidados de saúde	1999	125 076	-	26 891	67 470	8 526	22 189
	1998	117 186	-	23 343	65 803	8 073	19 968
Produtos farmacêuticos	1999	34 460	-	-	21 266	1 957	11 237
	1998	30 619	-	-	19 212	1 874	9 533
Pensão de Invalidez	1999	74 657	74 657	-	-	-	-
	1998	71 258	71 258	-	-	-	-
Outras	1999	103	-	4	-	92	7
	1998	116	-	3	-	99	14
Família	1999	22 953	1 172	18 321	-	2 102	1 358
	1998	23 408	1 295	19 123	-	1 739	1 250
Abono de família	1999	4 722	1 016	2 349	-	2	1 355
	1998	5 026	1 169	2 622	-	7	1 229
Acção Social	1999	1 665	-	-	-	1 665	-
	1998	1 584	-	-	-	1 584	-
Outras	1999	16 566	156	15 972	-	435	3
	1998	16 798	126	16 501	-	149	22
Outros	1999	559	-	7	-	552	-
	1998	589	-	5	-	584	-

5.4. Beneficiários activos, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos	661 347	638 327	637 749	647 893	654 228	681 169	709 167

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.5. Pensionistas, em 31 de Dezembro

Unid: nº

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a)	305 255	341 797	364 814	381 564	396 423	406 870	416 090

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.6. Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez,
por escalões de pensão

Escalões de pensão	Anos	1998		1999	
		Nº	%	Nº	%
1		2	3	4	5
TOTAL		293 782	100,0	301 893	100,0
P ≤ 50 000 escudos		55 744	19,0	54 993	18,2
50 000 < P ≤ 100 000		57 030	19,4	53 880	17,8
100 000 < P ≤ 150 000		65 898	22,4	64 572	21,4
150 000 < P ≤ 200 000		34 250	11,7	37 065	12,3
200 000 < P ≤ 300 000		41 667	14,2	47 451	15,7
300 000 < P ≤ 400 000		24 588	8,4	25 926	8,6
400 000 < P ≤ 500 000		10 341	3,5	12 431	4,1
500 000 < P ≤ 600 000		2 185	0,7	2 987	1,0
600 000 < P ≤ 800 000		1 405	0,5	1 758	0,6
P > 800 000 escudos		674	0,2	830	0,3

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

**5.7. Pensionistas de aposentação, reforma e invalidez,
por áreas de origem**

		Unid: nº				
Área de Origem	Anos	1995	1996	1997	1998	1999
	1	2	3	4	5	6
TOTAL		258 053	272 659	285 135	293 782	301 893
Ad. Central, Regional e Local		139 249	150 346	158 970	167 268	174 830
Reg. da Ex-Administração Ultramarina		31 206	30 728	30 121	29 533	28 918
Forças Armadas		29 270	30 294	30 540	30 644	30 649
Forças de Segurança		27 240	27 998	28 346	28 484	28 447
Subsídios / Subvenções Vitalícias		5 087	4 740	4 390	4 065	3 698
Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça		2 770	2 959	3 084	3 206	3 326
Empresas Públicas (a)		22 692	23 232	23 953	24 767	25 645
BNU		-	-	3 254	3 195	3 125
Macau		-	1 738	1 787	1 840	2 401
Estab. Ensino Particular e Cooperativo		539	624	690	780	854

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

**5.8. Inscrição de subscritores,
por áreas de origem**

		Unid: nº				
Área de Origem	Anos	1995	1996	1997	1998	1999
	1	2	3	4	5	6
TOTAL		30 853	30 107	24 857	37 497	40 798
Ad. Central, Regional e Local		20 847	21 007	17 749	29 530	34 294
Forças Armadas		6 613	6 063	3 729	3 862	4 053
Forças de Segurança		1 935	784	1 839	1 870	903
Administração Pública de Macau		4	916	3	3	1
CTT/Telecom		-	-	-	-	-
Caixa Geral de Depósitos		378	418	355	404	98
Estab. Ensino Particular e Cooperativo		1 076	919	1 182	1 828	1 449

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.9. INDICADORES

5.9.1. Beneficiários activos, em % da população residente

							Unid: %
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / População residente	6,7	6,4	6,4	6,5	6,6	6,8	7,1

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

5.9.2. Pensionistas, em % da população residente

							Unid: %
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População residente	3,1	3,4	3,7	3,8	4,0	4,1	4,2

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

5.9.3. Pensionistas, em % da população activa

							Unid: %
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Pensionistas (a) / População activa	6,5	7,2	7,7	8,0	8,2	8,2	8,2

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações; Inquérito ao Emprego (INE)

5.9.4. Relação entre o nº de beneficiários activos e o nº de pensionistas

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Beneficiários activos / pensionistas (a)	2,2	1,9	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7

(a) Pensionistas de aposentação, de reforma, de invalidez e de sobrevivência

Fonte: Caixa Geral de Aposentações

5.9.5. Despesas das prestações "Velhice e sobrevivência", por pessoa activa

Unid: 10 ³ Esc							
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Prest. velhice e sobrevivência / Pop. activa	58,4	64,2	85,3	96,5	99,2	102,19	108,41

Fonte: Inquérito ao Emprego - População activa (INE)

CAPÍTULO 6

OUTROS REGIMES DE PROTECÇÃO SOCIAL

6.1. Receitas dos outros regimes de protecção social, por natureza

Unid: 10⁶ Esc

Natureza	Regimes	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
	1	2	3	4	5	6	7	8
1999								
TOTAL		1 190 454	182 482	229 029	23 689	37 123	136 679	125 802
Quotizações Ent. Patronal		-	77 377	-	-	-	136 679	88 417
Quotizações Pes. Protegida		-	3 822	-	-	21 985	-	26
Contribuições Públicas		897 470	33 877	-	-	-	-	11 168
Outras		292 984	67 406	75 135	23 689	15 138	-	26 191
Transferências		-	-	153 894	-	-	-	-
Dados retrospectivos								
1998								
TOTAL		785 913	188 223	179 470	21 084	25 942	122 518	117 035

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

6.2. Despesas dos outros regimes de protecção social, por natureza

							Unid: 10 ⁶ Esc
Regimes	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
Natureza							
1	2	3	4	5	6	7	8
1999							
TOTAL	1 179 132	206 067	147 221	21 864	30 651	136 679	123 650
Prestações Sociais	1 119 946	194 880	126 850	14 855	6 539	136 679	89 116
Custos de Funcionamento	53 284	10 916	7 449	2 208	6 435	-	28 173
Outras Despesas	5 902	271	12 922	105	17 677	-	6 361
Transferências	-	-	-	4 696	-	-	-
Dados retrospectivos							
1998							
TOTAL	1 057 554	207 861	121 869	20 784	22 998	122 518	121 886

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

6.3. Prestações de protecção social, por grupos de funções

Unid: 10⁶ Esc

Regimes Natureza	SNS (a)	Entidades Patronais	IPSS	SCML	ASM	Fundos de Pensões	Outros
	2	3	4	5	6	7	8
1999							
TOTAL	1 119 946	194 880	126 850	14 855	6 539	136 679	89 116
Velhice e Sobrevivência	-	91 448	39 464	2 922	6 183	91 788	238
Pensão de velhice	-	46 098	-	830	229	51 314	-
Pensão de sobrevivência	-	8 814	-	-	357	9 566	-
Subsídio por morte	-	487	-	4	237	-	-
Subsídio de funeral	-	13	-	-	672	-	-
Acção social	-	35 791	39 464	1 543	-	-	-
Outras	-	245	-	545	4 688	30 908	238
Saúde (Inv.e Doença)	1 119 946	89 672	27 567	7 286	356	44 891	80 446
Subsídio de doença	-	6 404	-	7	-	-	-
Cuidados de saúde	925 967	25 570	12 666	6 324	46	-	3 750
Produtos farmacêuticos	193 881	9 357	-	337	288	-	-
Pensão de invalidez	-	24 121	-	-	22	44 891	73 960
Acção social	-	23 750	14 901	618	-	-	-
Outras	98	470	-	-	-	-	2 736
Família	-	5 152	55 989	3 363	-	-	47
Abono de família	-	2 564	-	35	-	-	-
Subsídio de maternidade	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio de nascimento	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio de aleitação	-	-	-	-	-	-	-
Acção social	-	2 567	55 989	3 176	-	-	11
Outras	-	21	-	152	-	-	36
Outras	-	8 608	3 830	1 284	-	-	8 385
Dados retrospectivos							
1998							
TOTAL	1 002 198	197 198	102 922	14 042	4 981	122 518	88 239

(a): Inclui as Direcções Regionais de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

6.4.1. INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

6.4.1.1. Prestações sociais, nº de utentes e custo médio por utente, por funções

Funções	TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
1	2	3	4	5	6	7
1999						
Prestações sociais (10^6 Esc)	126 850	55 989	39 464	12 666	14 901	3 830
Nº de utentes	581 625	267 123	112 624	111 304	31 012	59 562
Custo médio/utente (10^3 Esc)	218,1	209,6	350,4	113,8	480,5	64,3
1998						
Prestações sociais (10^6 Esc)	102 922	44 755	34 813	10 023	10 584	2 747
Nº de utentes	487 599	224 450	104 417	90 670	23 150	44 912
Custo médio/utente (10^3 Esc)	211,1	199,4	333,4	110,5	457,2	61,2
1997						
Prestações sociais (10^6 Esc)	88 603	38 423	29 990	9 450	8 725	2 015
Nº de utentes	441 897	197 846	92 380	88 923	19 856	42 892
Custo médio/utente (10^3 Esc)	200,5	194,2	324,6	106,3	439,4	47,0

Fonte: Inquérito às Instituições Particulares de Solidariedade Social (INE)

6.4.1.2. Representatividade das IPSS na protecção social, por funções

Unid: %						
Funções	TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
Anos	2	3	4	5	6	7
1	2	3	4	5	6	7
1999	3,0	25,1	2,5	0,9	2,9	5,2
1998	2,6	21,9	2,2	0,8	2,1	4,6
1997	2,5	20,4	2,4	0,8	1,9	6,3

Fonte: Inquérito às Instituições Particulares de Solidariedade Social (INE)

6.4.1.3. Actividade das IPSS em relação ao total das valências, por funções

Unid: %

Funções	TOTAL	Família	Velhice	Doença	Invalidez	Exclusão Social
Anos	2	3	4	5	6	7
1						
1999	100,0	44,1	31,1	10,0	11,7	3,0
1998	100,0	43,5	33,8	9,7	10,3	2,7
1997	100,0	46,6	43,2	2,0	5,5	3,5

Fonte: Inquérito às Instituições Particulares de Solidariedade Social (INE)

6.4.2. ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS

6.4.2.1. Associações, associados activos e familiares

Unid: nº

	Associações	Associados	
		Total	Familiares
1	2	3	4
1999	81	854 308	141 079
1998	82	766 822	138 754

Fonte: Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (INE)

6.4.2.2. Associados efectivos e pensionistas com pensões pagas no ano e iniciadas no ano, por modalidades subscritas

Unid: nº			
1999			
Modalidades	Associados efectivos	Pensionistas com pensões	
		pagas no ano	iniciadas no ano
1	2	3	4
Prestações	621 264	16 239	434
Pensões de velhice	11 243	530	142
Pensões de invalidez	3 614	35	11
Pensões de sobrevivência	14 921	5 106	281
Subsídios por morte	26 124	493 (a)	-
Subsídios de funeral	565 362	10 075 (a)	-
Subsídios por acidentes de ou doenças profissionais	-	-	-
Capitais vencidos	217 380	9 320	-
Em vida	101 274	9 229 (a)	-
Em morte	116 106	91 (a)	-
Regimes profissionais complementares	-	-	-
Complementos de velhice	-	-	-
Complementos de invalidez	-	-	-
Rendas vitalícias	344	388	52
Prestações pecuniárias de unidades de saúde	312 066	9 412	-
Medicina preventiva, curativa e de	172 091	6 317	-
Assistência medicamentosa	139 975	782	-
Dados			
1998			
Prestações	633 823	17 315	340
Capitais vencidos	178 137	7 729 (a)	-
Regimes profissionais complementares	-	-	-
Rendas vitalícias	349	349	41
Prestações pecuniárias de unidades de saúde	310 104	9 412 (b)	-

(a) Nº de subsídios pagos

(b) Nº de associados que receberam as prestações em causa

Fonte: Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (INE)

6.4.3. SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

6.4.3.1. Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas

Continente		Unid: %		
Receitas/Despesas	Anos	1999	1998	1997
	1	2	3	4
1. Receitas				
1.1. Saldo de gerência anterior		1,9	1,3	1,7
1.2. Terceiros		35,3	31,3	26,3
1.3. Subsídio de exploração		56,8	59,0	62,9
1.4. Subsídio de investimento		1,2	1,3	1,2
1.5. Prestação de serviços		1,6	2,8	2,9
1.6. Proveitos e ganhos extraordinários		2,6	3,4	3,9
1.7. Outros proveitos P.A.		0,6	0,9	1,0
1.8. Total		100,0	100,0	100,0
2. Despesas				
2.1. Terceiros		30,9	24,6	22,6
2.2. Despesas com pessoal		27,2	26,3	28,7
2.3. Compras		9,9	9,1	9,9
2.4. Fornecimentos e serviços externos		23,3	22,6	25,7
Dos quais				
Subcontratos		18,4	17,8	19,8
2.5. Imobilizações		2,3	2,2	2,1
2.6. Custos e perdas extraordinárias		5,4	14,3	10,1
2.7. Outras despesas P.A.		1,0	0,9	0,9
2.8. Total		100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

**6.4.3.2. Prestações de serviços, do Serviço Nacional de Saúde,
por tipo de actividade**

1999

	SNS (Total)	ARS	Hospitais	Serviços psiquiá- tricos	Serviços Centrais c/ autonomia	Serviços Ensino
	(10 ⁶ Esc)			%		
1	2	3	4	5	6	7
Actividade Hospitalar	82 863	8,3	88,3	1,3	2,1	-
Internamento	40 878	0,4	97,3	2,2	0,1	-
Consulta	4 395	34,5	63,8	0,9	0,8	-
Urgência	6 236	2,2	97,8	0,0	-	-
Quartos particulares	657	0,5	99,5	-	-	-
Serviço atendimento permanente	1 008	99,1	0,9	-	-	-
Meios complementares de diagnóstico	19 611	1,3	89,8	0,5	8,4	-
Taxas moderadoras	7 200	50,0	49,6	0,2	0,2	-
Serviço domiciliário	32	37,5	62,5	-	-	-
Outras	2 846	6,4	93,3	0,0	0,3	-
Actividade de ensino	604	-	-	-	-	100,0
Outras prestações de serviços	2 920	30,0	15,9	0,3	53,5	0,3

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.3. Evolução dos créditos sobre clientes, no Serviço Nacional de Saúde

Anos	1997		1998		1999	
	(10 ⁶ Esc)	%	(10 ⁶ Esc)	%	(10 ⁶ Esc)	%
1	2	3	4	5	6	7
Total	63 653	100,0	67 459	100,0	97 497	100,0
Subsistemas	41 918	65,9	42 895	63,6	58 597	60,1
ADSE	23 602	37,1	23 570	34,9	36 223	37,2
Forças Armadas	1 359	2,1	2 030	3,0	2 740	2,8
Forças militarizadas	2 749	4,3	3 736	5,5	6 699	6,9
SAMS	5 391	8,5	6 583	9,8	8 293	8,5
Serviços Sociais	1 834	2,9	1 240	1,8	1 301	1,3
Outros Subsistemas	6 983	11,0	5 736	8,5	3 341	3,4
Companhias de Seguros	12 957	20,4	11 720	17,4	14 237	14,6
Outros clientes	8 778	13,8	12 844	19,0	24 663	25,3

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS) -

6.4.3.4. Evolução da despesa em dívida, do Serviço Nacional de Saúde (a)

Anos	1997		1998		1999	
	(10 ⁶ Esc)	%	(10 ⁶ Esc)	%	(10 ⁶ Esc)	%
1	4	5	4	5	6	7
Total	238 702	100,0	381 411	100,0	295 885	100,0
Compras	74 949	31,4	94 781	24,9	84 888	28,7
Imobilizações	4 874	2,0	8 299	2,2	7 585	2,6
Subcontratos	139 445	58,4	229 997	60,3	178 430	60,3
Fornecimentos e serviços	8 718	3,7	11 707	3,1	11 949	4,0
Custos com o pessoal	2 533	1,1	3 722	1,0	3 495	1,2
Outras despesas do próprio ano	1 537	0,6	2 307	0,6	1 094	0,4
Correcções relativas a exerc. anteriores	6 646	2,8	30 598	8,0	8 444	2,9

(a) Sem consolidação

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.5. Serviço Nacional de Saúde: estrutura de receitas e despesas por grupos de serviços

Continente										Unid: %
Receitas/Despesas	Serviços/Anos	Administrações Regionais de Saúde			Hospitais			Outras (a)		
		1999	1998	1997	1999	1998	1997	1999	1998	1997
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Receitas										
1.1. Subsídios de exploração		44,0	44,9	45,7	50,4	50,8	49,0	5,6	4,3	5,3
1.2. Prestações de serviços		8,9	8,7	8,4	85,3	86,2	86,1	5,8	5,1	5,4
1.3. Outras		43,2	42,5	41,9	54,7	55,7	55,6	2,0	1,8	2,6
2. Despesas										
2.1. Despesas com pessoal		28,1	28,1	28,4	66,7	66,8	66,6	5,2	5,1	5,0
2.2. Compras		5,0	4,8	4,7	92,4	94,3	93,6	2,6	1,0	1,8
2.3. Fornec. e serv. externos		76,2	75,7	75,3	21,5	22,1	22,4	2,3	2,2	2,4
2.4. Outras		38,1	50,0	39,7	42,6	45,7	39,2	19,3	4,4	21,1

(a) Inclui Psiquiatria, Serviços Centrais com Autonomia, Serviços de Ensino e Diversos

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.6. Administrações Regionais de Saúde: estrutura das receitas e despesas por regiões

1999		Unid: %				
Receitas/Despesas	Regiões	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
	1	2	3	4	5	6
1. Receitas						
1.1. Subsídio de exploração		88,8	88,7	88,7	90,0	92,2
1.2. Prestações de serviços		2,1	2,3	1,3	2,1	2,6
1.3. Outras		9,1	9,0	10,0	7,9	5,2
1.4. Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2. Despesas						
2.1. Despesas com pessoal		26,2	30,1	23,2	31,9	31,8
2.2. Compras		2,1	1,4	1,2	1,5	2,7
2.3. Fornecimentos e serviços externos		66,3	64,2	69,0	62,0	60,1
2.4. Outras		5,4	4,3	6,6	4,6	5,4
2.5. Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.7. Administrações Regionais de Saúde: estrutura de custo (subcontratos)
por tipo de serviço prestado e por regiões

1999		Unid: %				
Tipo de serviço	Regiões	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
	1	2	3	4	5	6
1. Convencionados		31,7	25,9	36,2	23,2	27,3
1.1. meios complementares de diagnóstico e terapêutica		30,5	24,2	33,3	21,7	26,4
1.2. Internamentos		1,2	1,7	2,9	1,5	0,9
1.3. Transporte de doentes		2,1	2,9	1,6	6,0	2,7
1.4. Outras		4,3	4,0	2,4	8,0	3,3
2. Farmácias privadas		61,9	67,2	59,8	62,8	66,7
3. Total (1+2)		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.8. Administrações Regionais de Saúde: estrutura de encargos com
medicamentos, por grupo de entidade

Continente		Unid: %	
Entidades	Anos	1999	1998
	1	2	3
1. Centros de saúde		64,4	65,2
2. Médicos exercício privado		17,9	16,8
3. Hospitais (centrais, distritais e outros)		12,8	13,0
4. IPSS		2,7	2,7
5. Outras		2,2	2,3
6. Total		100,0	100,0

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.9. Administrações Regionais de Saúde: serviços próprios, por regiões

1999								
Serviços \ Regiões	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Centros de Saúde	124	86	88	47	16	17	12	390
- com internamento	25	16	8	21	9	13	3	95
- sem internamento	99	70	80	26	7	4	9	295
2. Extensões	460	599	429	269	67	104	38	1 966

Fonte: Estatísticas da Saúde (INE)

6.4.3.10. INDICADORES

6.4.3.11. Serviço Nacional de Saúde: Alguns dados e indicadores

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Indicadores	2	3	4	5	6	7	8
Subsídio ao S.N.S. (10 ⁶ ESC)	456.9	508.4	540.9	599.7	650.2	684.2	724.1
% do Subsídio ao S.N.S.no O.G.E.	10.2	10.8	10.7	10.0	10.4	7.3	9.2

Fonte: Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS)

6.4.3.12. Habitantes, por médico

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
População residente/médicos	343.8	341.0	338.0	332.0	327,2	321,0	314,8

Fonte: População residente - Estimativas da população residente em 31 de Dezembro (INE)

Médicos - Estatísticas da Saúde (INE)

6.4.3.13. Despesas das prestações de saúde (doença) por pessoa activa

Unid: 10³ Esc

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1	2	3	4	5	6	7	8
Prestações de saúde/População activa	132.3	150.1	146.5	166.6	183,5	206,4	284,0

Fonte: População Activa - Inquérito ao Emprego (INE)

6.4.4. FUNDOS DE PENSÕES

6.4.4.1. Quadro síntese

Anos	1999	1998	1997	1996	1995
1	2	3	4	5	6
Nº total de entidades gestoras de fundos	32	33	29	31	28
Nº de empresas de seguros	17	17	12	14	12
Nº de sociedades gestoras	15	16	17	17	16
Nº total de fundos de pensões	238	233	237	237	226
Geridos pelas empresas de seguros	89	86	82	81	81
Geridos pelas sociedades gestoras	149	147	155	156	145
Montante total dos fundos de pensões (10 ⁶ Esc.)	2 588 454	2 321 145	2 016 929	1 650 347	1 384 610
Geridos pelas empresas de seguros	103 669	77 323	73 890	56 150	98 090
Geridos pelas sociedades gestoras	2 484 785	2 243 822	1 943 039	1 594 197	1 286 520
Montante das contribuições (10 ⁶ Esc.)	238 557	227 908	216 730	232 763	360 394
Nº de participantes	299 193	291 146	270 337	254 241	239 765
Nº de beneficiários (a)	92 202	88 652	75 561	66 793	72 317
Montantes de pensões pagas (10 ⁶ Esc.) (a)	136 679	122 518	101 839	83 104	77 663
Por velhice	51 314	48 390	36 704	38 642	41 934
Por pré reforma	30 908	20 703	19 762	16 491	14 703
Por invalidez	44 891	47 418	36 914	21 545	16 800
Por viuvez e orfandade	9 566	6 007	8 459	6 426	4 226

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

(a): Refere-se apenas a fundos de pensões fechados

**6.4.4.2. Nº de beneficiários e de novos beneficiários de fundos de pensões,
por tipo de pensões pagas (a)**

1999				Unid: nº		
	Beneficiários			Novos beneficiários		
	Total	Socie- dades gestoras	Empresas de Seguros	Total	Socie- dades gestoras	Empresas de Seguros
1	2	3	4	5	6	7
Total	92 202	87 652	4 550	9 278	7 116	2 162
Velhice	39 429	37 427	2 002	3 689	1 862	1 827
Reforma antecipada e pré-reforma	10 719	9 763	956	1 447	1 280	167
Invalidez	25 946	25 025	921	2 826	2 698	128
Sobrevivência	16 108	15 437	671	1 316	1 276	40
Dados retrospectivos						
1998 - Total	88 652	85 245	3 407	7 648	7 164	484
1997 - Total	75 561	72 101	3 460	8 320	7 674	646

Fonte : Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

(a): Refere-se apenas a fundos de pensões fechados

6.4.4.3. Nº de participantes, nos fundos de pensões, por sexo e idade actuarial (a)

Anos		1999		1998	
Idade actuarial		HM	H	HM	H
1		2	3	4	5
TOTAL		188 043	129 770	218 573	150 954
=< 25		6 285	3 640	6 420	3 736
> 25 e =<30		17 934	10 851	19 932	12 401
> 30 e =<35		22 657	15 117	25 165	16 966
> 35 e =<40		23 539	15 795	27 171	18 765
> 40 e =<45		32 458	21 639	33 705	22 463
> 45 e =<50		32 580	22 057	37 592	26 120
> 50 e =<55		30 946	23 194	35 608	26 492
> 55 e =<60		15 241	12 375	18 444	14 080
> 60 e =<65		5 913	4 751	9 298	6 720
> 65		490	351	5 238	3 211

Fonte : Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

(a): Refere-se apenas a fundos de pensões fechados

6.4.4.4. Estrutura do mercado dos fundos de pensões

		Entidades gestoras de fundos de pensões	Fundos de pensões			
			Total	Fechados	Em cogestão	Abertos (exclui PPR e PPA)
1		2	3	4	5	6
Total	1999	32	219	203	4	16
	1998	33	221	204	5	12
Sociedades Gestoras	1999	15	134	119	4	15
	1998	16	138	122	5	11
Empresas de seguros	1999	17	85	84	-	1
	1998	17	83	82	-	1

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.5. Distribuição dos fundos de pensões, por tipo de plano de pensões

1999						
	Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de participantes
1	2	3	4	5	6	7
Fundos pensões fechados	84	93 078	31 076	119	2 367 533	156 967
Benefício Definido	78	89 636	27 743	112	2 362 400	154 330
Complem. à S. Social	33	32 282	12 922	41	403 541	58 846
Integrado	23	26 401	8 749	34	393 284	54 927
Não integrado	10	5 881	4 173	7	10 257	3 919
Independente S. Social	45	57 354	14 821	71	1 958 860	95 484
Contribuição Definida	4	1 497	2 366	4	1 358	1 646
Misto	2	1 945	967	3	3 775	991
Plano Contributivo	9	3 589	1 636	8	34 149	9 953
Fundos de pensões abertos	1	13	19	144	27 009	31 515
(Não inclui PPR's e PPA's)						
Adesões Colectivas	1	13	19	374	27 009	31 515
Benefício definido	1	13	19	90	25 279	24 241
Contribuição definida	-	-	-	54	1 730	7 274
Misto	-	-	-	-	-	-
Dados retrospectivos						
1998 - total						
Fundos pensões fechados	82	73 536	29 884	122	2 121 557	160 272
Fundos pensões abertos	1	9	17	108	17 653	22 630

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.6. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo escalões de montantes geridos

1999

	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Montante médio
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Total	407	2 460 611	12 121	166	166 615	1 108	241	2 367 534	19 895
Montantes geridos (10 ⁶ Esc)									
Até 20	5	68	14	5	68	14	-	-	-
21 a 50	17	630	37	12	414	35	5	216	43
51 a 100	15	1 009	67	10	674	67	5	336	67
101 a 250	27	4 570	169	13	2 137	164	14	2 433	174
251 a 501	22	7 717	351	10	3 677	368	12	4 041	337
502 a 1002	36	26 644	740	12	8 362	697	24	18 282	762
1003 a 5012	37	75 130	2 031	16	32 067	2 004	21	43 063	2 051
5013 a 15036	24	209 758	8 740	6	45 680	7 613	18	164 078	9 115
15037 a 25060	5	96 126	19 225	-	-	-	5	96 126	19 225
25061 a 50120	5	211 048	42 210	-	-	-	5	211 048	42 210
50121 a 200482	7	1 028 892	146 985	-	-	-	7	1 028 892	146 985
Mais de 200483	3	799 019	266 340	-	-	-	3	799 019	266 340
1998 - Total	204	2 195 093	10 760	82	73 536	897	122	2 121 557	17 390

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.7. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de associados

1999

	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número de fundos	Número global associados	Montante global (10 ⁶ Esc)
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Total	203	624	2 460 611	84	352	93 078	119	272	2 367 533
Nº de associados									
1	147	147	2 077 818	62	62	58 904	85	85	2 018 914
2	16	32	39 615	8	16	9 305	8	16	30 310
3 a 5	22	76	118 223	9	29	13 928	13	47	104 295
6 a 10	14	97	29 721	3	23	2 286	11	74	27 435
11 a 15	1	13	900	-	-	-	1	13	900
16 a 90	2	58	192 517	1	21	6 838	1	37	185 679
mais de 90	1	201	1 817	1	201	1 817	-	-	-
1998 - Total	204	613	2 195 093	82	341	73 536	122	272	2 121 557

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.8. Distribuição dos fundos de pensões fechados, segundo o número de participantes

1999									
	Total			Empresas de Seguros			Sociedades Gestoras		
	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes	Número de fundos	Montante global (10 ⁶ Esc)	Número global de participantes
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Total	203	2 460 612	188 043	84	93 079	31 076	119	2 367 532	156 967
Nº de participantes									
Até 50	33	6 603	833	23	3 773	576	10	2 830	257
51 a 100	23	6 234	1 710	13	1 632	1 001	10	4 602	709
101 a 250	45	52 687	7 235	18	8 201	2 899	27	44 485	4 336
251 a 500	37	93 944	13 338	14	24 502	5 188	23	69 442	8 150
501 a 1000	24	91 109	16 642	6	6 313	4 029	18	84 796	12 613
1001 a 1500	18	92 014	21 793	7	39 119	8 231	11	52 896	13 562
1501 a 2000	3	138 023	5 007	1	884	1 517	2	137 138	3 490
2001 a 2500	2	76 039	4 536	-	-	-	2	76 039	4 536
2501 a 5000	9	411 088	30 392	2	8 655	7 635	7	402 433	22 757
5001 a 10000	5	670 505	37 681	-	-	-	5	670 505	37 681
10001 a 20000	4	822 366	48 876	-	-	-	4	822 366	48 876
20001 a 25000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25001 a 30000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 30000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998-Total	204	2 195 093	190 156	82	73 536	29 884	122	2 121 557	160 272

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

6.4.4.9. Distribuição dos associados dos fundos de pensões, por sector de actividade

1999				Unid: nº	
CAE Rev. 2	Total	Empresas de seguros	Sociedades Gestoras		
1	2	3	4		
Total	1380	694	686		
D Indústrias Transformadoras	168	48	120		
E Produção e distribuição de electricidade, gás e água	13	1	12		
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	74	30	44		
I Transportes, armazenagem e comunicações	41	12	29		
J Actividades financeiras	356	234	122		
K Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	79	21	58		
Outras	36	7	29		
1998 - Total	613	341	272		

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

CAPÍTULO 7

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

7.1.Estrutura das receitas por natureza (%)

Natureza das receitas	Quotiz. Entidade Patronal	Quotiz. Pessoa Protegida	Contribuições	Transferências	Outras
	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1998					
Portugal	28,7	17,8	42,6	-	10,9
UE - 15	38,2	22,7	35,4	-	3,7
1997					
Portugal	28,6	18,1	43,3	-	10,1
UE - 15	38,5	23,4	32,9	-	5,2
1996					
Portugal	25,9	16,8	42,0	-	15,3
UE - 15	38,8	23,5	32,5	-	5,2
1995					
Portugal	30,0	18,9	39,4	-	11,7
UE - 15	39,0	23,6	32,2	-	5,2

Fonte: Eurostat

7.2. Estrutura das prestações de protecção social por grupos de funções (%)

Grupos de Funções	Doença Invalidez	Velhice Sobrevivência	Família	Desemprego	Outras
	2	3	4	5	6
Países	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6
1998					
Portugal	45,9	42,6	5,2	4,7	1,5
UE - 15	35,1	45,7	8,3	7,2	3,7
1997					
Portugal	46,0	42,8	5,3	5,0	0,9
UE - 15	35,3	45,0	8,4	7,6	3,6
1996					
Portugal	44,6	43,3	5,6	5,9	0,6
UE - 15	35,5	44,6	8,3	8,2	3,5
1995					
Portugal	44,9	43,4	5,8	5,5	0,4
UE - 15	35,8	44,5	7,8	8,3	3,6

Fonte: Eurostat

7.3. INDICADORES

7.3.1. Despesas da protecção social em % do PIB (a)

Anos	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6
Portugal	21,0	20,8	21,6	22,5	24,2
UE - 15	28,6	28,5	28,7	28,2	27,7

Fonte: Eurostat

(a) Montantes líquidos de Transferências

7.3.2. Proporção das prestações de protecção social, por grupos de funções, no PIBpm (%)

Países	Grupos de Funções	Doença e Invalidez	Velhice e Sobrevivência	Família	Desemprego	Outras
	1	2	3	4	5	6
1998						
Portugal		9,4	8,7	1,1	1,0	0,3
UE - 15		9,3	12,2	2,2	1,9	1,0
1997						
Portugal		9,1	8,5	1,1	1,0	0,2
UE - 15		9,6	12,2	2,3	2,1	1,0
1996						
Portugal		8,6	8,3	1,1	1,1	0,1
UE - 15		9,8	12,3	2,3	2,3	1,0
1995						
Portugal		8,2	8,0	1,1	1,1	0,1
UE - 15		9,8	12,1	2,1	2,3	1,0

Fonte: INE e Eurostat

7.3.3. Despesas de protecção social por habitante em SPA (a)

Anos	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6
Portugal	2 267	2 317	2 535	2 868	3 110
UE - 15	4 723	4 872	5 152	5 334	5 532

Fonte: Eurostat

(a) Poder de Compra Standart

7.3.4. Despesas de protecção social por habitante, em ECU

Anos	1994	1995	1996	1997	1998
1	2	3	4	5	6
Portugal	1 576	1 686	1 869	2 037	2 239
UE - 15	4 798	4 964	5 237	5 407	5 601

Fonte: Eurostat

ANEXO

QUESTIONÁRIOS

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA**

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

SERVICO DE ESTATÍSTICAS DAS CONDIÇÕES DE VIDA

INQUÉRITO À PROTECÇÃO SOCIAL - SEEPROS

Ano a que se referem os dados

2000

**Leia as instruções no verso de cada
ficha antes do preenchimento**

Número de Identificação de Pessoa Colectiva

Indique na quadrícula o código da unidade monetária que pretende utilizar na resposta a todos os valores monetários do inquérito:

ESCUDOS - 1

EUROS - 2

Não esqueça que a opção que escolheu tem que ser mantida ao longo de todo o questionário.

Instituição:

Gestão:

Ambito Geográfico:

Reservado ao INE

Código de Regime**Código de Gestão****Observações:**

O responsável pela informação:

Telephone:**Telefax:****Serviço:**

Quadro 1 - Despesas (10³ ESC ou EUROS)

1200000 Custos de Funcionamento

Dos quais:

Remunerações de trabalhadores

Aquisição de bens e serviços

1300000 Transferências entre Regimes

1400000 Outras despesas

1410000 Rendimentos de propriedade

1420000 **Outras**

Quadro 2 - Receltas (10³ ESC ou EUROS)

Antes de iniciar o preenchimento leia as instruções no verso.

Proveniência Natureza	Empresas	Administrações Públicas		Famílias	Administrações Privadas	Resto do Mundo	Total de Receltas por Natureza	
		Central	Local					Segurança Social
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Quotizações da Entidade Patronal:								
Efectivas								
Imputadas								
Quotizações da Pessoa Protegida:								
de Assalariados								
de Independentes								
de Beneficiários de Pensões ou Outras pessoas:								
Efectivas								
Reencaminhadas entre Regimes								
Contribuições Públicas								
Afectadas								
Gerais								
Transferências de Outra Gestão (a)								
Outras Receltas (a)								
Rendimentos de propriedade								
Diversas								
Total de Receltas por Proveniência								

(a) Inscrver os montantes destas rubricas na coluna 9 : Total das receltas por natureza.

Quadro 3 · Tipos Elementares de Prestações de Protecção Social.

Valor e número das Prestações e Beneficiários Abrangidos

Gestão:			Código de gestão
Função: DOENÇA - 1	Ano: 2000		

Código	Tipos elementares de prestações	Valor das prestações (10³ ESC ou EUROS)	Número de beneficiários abrangidos		Número de prestações
			Homens	Mulheres	
1	2	3	4	5	6
1111000	Sem condição de recursos				
1111100	Prestações Pecuniárias				
1111110	Prestações periódicas				
1111111	•Subsídio de doença				
1111112	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1111120	Prestações únicas				
1111121	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1111200	Prestações em Espécie				
1111210	Internamentos hospitalares				
1111211	•Fornecimento directo				
1111212	•Reembolsos				
1111220	Cuidados ambulatoriais				
	Dos quais:				
1111221	•Fornecimento directo de produtos farmacêuticos				
1111222	•Outros fornecimentos directos				
1111223	•Reembolsos de produtos farmacêuticos				
1111224	•Outros reembolsos				
1111230	Outras prestações em espécie				
1111300	Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1112000	Sob condição de recursos				
1112100	Prestações Pecuniárias				
1112110	Prestações periódicas				
1112111	•Subsídio de doença				
1112112	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1112120	Prestações únicas				
1112121	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1112200	Prestações em Espécie				
1112210	Internamentos hospitalares				
1112211	•Fornecimento directo				
1112212	•Reembolsos				
1112220	Cuidados ambulatoriais				
	Dos quais:				
1112221	•Fornecimento directo de produtos farmacêuticos				
1112222	•Outros fornecimentos directos				
1112223	•Reembolsos de produtos farmacêuticos				
1112224	•Outros reembolsos				
1112230	Outras prestações em espécie				
1112300	Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1110000	Total das Prestações Sociais				

Quadro 3 - Tipos Elementares de Prestações de Protecção Social.

Valor e número das Prestações e Beneficiários Abrangidos

Gestão:		Código de gestão
Função: INVALIDEZ - 2	Ano: 2000	

Código	Tipos elementares de prestações	Valor das prestações (10 ³ ESC ou EUROS)	Número de beneficiários abrangidos		Número de prestações
			Homens	Mulheres	
1	2	3	4	5	6
1121000	Sem condição de recursos				
1121100	Prestações Pecuniárias				
1121110	Prestações periódicas				
1121111	•Pensão de invalidez				
1121112	•Pré-reforma por motivo de redução da capacidade de trabalho				
1121113	•Subsídio de assistência				
1121114	•Integração económica de deficientes				
1121115	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1121120	Prestações únicas				
1121121	•Subsídio de assistência				
1121122	•Integração profissional de deficientes				
1121123	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1121200	Prestações em Espécie				
1121201	•Lares				
1121202	•Apoio domiciliário				
1121203	•Readaptação				
1121204	•Outras prestações em espécie				
1121300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1122000	Sob condição de recursos				
1122100	Prestações Pecuniárias				
1122110	Prestações periódicas				
1122111	•Pensão de invalidez				
1122112	•Pré-reforma por motivo de redução da capacidade de trabalho				
1122113	•Subsídio de assistência				
1122114	•Integração económica de deficientes				
1122115	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1122120	Prestações únicas				
1122121	•Subsídio de assistência				
1122122	•Integração económica de deficientes				
1122123	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1122200	Prestações em Espécie				
1122201	•Lares				
1122202	•Apoio domiciliário				
1122203	•Readaptação				
1122204	•Outras prestações em espécie				
1122300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1120000	Total das Prestações Sociais				

Quadro 3 ·Tipos Elementares de Prestações de Protecção Social.
Valor e número das Prestações e Beneficiários Abrangidos

Gestão:

Código de gestão

Função: VELHICE - 3

Ano: 2000

Código	Tipos elementares de prestações	Valor das prestações (10³ ESC ou EUROS)	Número de beneficiários abrangidos		Número de prestações
			Homens	Mulheres	
1	2	3	4	5	6
1131000	Sem condição de recursos				
1131100	Prestações Pecuniárias				
1131110	Prestações periódicas				
1131111	•Pensão de velhice				
1131112	•Pensão antecipada de velhice				
1131113	•Pensão parcial				
1131115	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1131120	Prestações únicas				
1131121	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1131200	Prestações em Espécie				
1131201	•Lares				
1131202	•Apoio domiciliário				
1131203	•Outras prestações em espécie				
1131300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1132000	Sob condição de recursos				
1132100	Prestações Pecuniárias				
1132110	Prestações periódicas				
1132111	•Pensão de velhice				
1132112	•Pensão antecipada de velhice				
1132113	•Pensão parcial				
1132115	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1132120	Prestações únicas				
1132121	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1132200	Prestações em Espécie				
1132201	•Lares				
1132202	•Apoio domiciliário				
1132203	•Outras prestações em espécie				
1132300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1130000	Total das Prestações Sociais				

Quadro 3 - Tipos Elementares de Prestações de Protecção Social.

Valor e número das Prestações e Beneficiários Abrangidos

Gestão:

Código de gestão

Função: SOBREVIVÊNCIA - 4

Ano: 2000

Código	Tipos elementares de prestações	Valor das prestações (10 ³ ESC ou EUROS)	Número de beneficiários abrangidos		Número de prestações
			Homens	Mulheres	
1	2	3	4	5	6
1141000	Sem condição de recursos				
1141100	Prestações Pecuniárias				
1141110	Prestações periódicas				
1141111	•Pensão de sobrevivência				
1141112	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1141120	Prestações únicas				
1141121	•Subsídio por morte				
1141122	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1141200	Prestações em Espécie				
1141201	•Subsídio de funeral				
1141202	•Outras prestações em espécie				
1141300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1142000	Sob condição de recursos				
1142100	Prestações Pecuniárias				
1142110	Prestações periódicas				
1142111	•Pensão de sobrevivência				
1142112	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1142120	Prestações únicas				
1142121	•Subsídio por morte				
1142122	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1142200	Prestações em Espécie				
1142201	•Subsídio de funeral				
1142202	•Outras prestações em espécie				
1142300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1140000	Total das Prestações Sociais				

Quadro 3 - Tipos Elementares de Prestações de Protecção Social.
 Valor e número das Prestações e Beneficiários Abrangidos

Gestão:

Código de gestão

Função: FAMÍLIA - 5
 Ano: 2000

Código	Tipos elementares de prestações	Valor das prestações (10 ³ ESC ou EUROS)	Número de beneficiários abrangidos		Número de prestações
			Homens	Mulheres	
1	2	3	4	5	6
1151000	Sem condição de recursos				
1151100	Prestações Pecuniárias				
1151110	Prestações periódicas				
1151111	•Subsídio de maternidade				
1151113	•Prestações familiares ou Abono de família				
1151114	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1151120	Prestações únicas				
1151121	•Subsídio de nascimento				
1151123	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1151200	Prestações em Espécie				
1151201	•Creches/Jardins de Infância/ATL				
1151202	•Lares				
1151203	•Apoio domiciliário				
1151204	•Outras prestações em espécie				
1151300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1152000	Sob condição de recursos				
1152100	Prestações Pecuniárias				
1152110	Prestações periódicas				
1152111	•Subsídio de maternidade				
1152113	•Prestações familiares ou Abono de família				
1152114	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1152120	Prestações únicas				
1152121	•Subsídio de nascimento				
1152123	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1152200	Prestações em Espécie				
1152201	•Creches/Jardins de Infância/ATL				
1152202	•Lares				
1152203	•Apoio domiciliário				
1152204	•Outras prestações em espécie				
1152300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1150000	Total das Prestações Sociais				

Quadro 3 · Tipos Elementares de Prestações de Protecção Social.

Valor e número das Prestações e Beneficiários Abrangidos

Gestão:			Código de gestão		
Função: DESEMPREGO - 6		Ano: 2000			

Código	Tipos elementares de prestações	Valor das prestações (10 ³ ESC ou EUROS)	Número de beneficiários abrangidos		Número de prestações
			Homens	Mulheres	
1	2	3	4	5	6
1161000	Sem condição de recursos				
1161100	Prestações Pecuniárias				
1161110	Prestações periódicas				
1161111	•Subsídio de desemprego completo				
1161112	•Subsídio de desemprego parcial				
1161113	•Pré-reforma por motivos económicos				
1161114	•Subsídio de formação profissional				
1161115	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1161120	Prestações únicas				
1161121	•Subsídio de formação profissional				
1161122	•Indemnização por cessação ou redução da actividade da empresa				
1161123	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1161200	Prestações em Espécie				
1161201	•Mobilidade e reinstalação				
1161202	•Formação profissional				
1161203	•Outras prestações em espécie				
1161300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1162000	Sob condição de recursos				
1162100	Prestações Pecuniárias				
1162110	Prestações periódicas				
1162111	•Subsídio de desemprego completo				
1162112	•Subsídio de desemprego parcial				
1162113	•Pré-reforma por motivos económicos				
1162114	•Subsídio de formação profissional				
1162115	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1162120	Prestações únicas				
1162121	•Subsídio de formação profissional				
1162122	•Indemnização por cessação ou redução da actividade da empresa				
1162123	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1162200	Prestações em Espécie				
1162201	•Mobilidade e reinstalação				
1162202	•Formação profissional				
1162203	•Outras prestações em espécie				
1162300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1160000	Total das Prestações Sociais				

Quadro 3 - Tipos Elementares de Prestações de Protecção Social.
Valor e número das Prestações e Beneficiários Abrangidos

Gestão:

Código de gestão

Função: HABITAÇÃO - 7

Ano: 2000

Código	Tipos elementares de prestações	Valor das prestações (10³ ESC ou EUROS)	Número de beneficiários abrangidos		Número de prestações
			Homens	Mulheres	
1	2	3	4	5	6
1171000	Sem condição de recursos				
1171200	Prestações em Espécie				
1171210	Subsídio de habitação				
	Dos quais:				
1171211	•Habitação social				
1171212	•Outras ajudas à habitação				
1171220	•Subsídio à habitação ocupada				
	pelo proprietário				
1172000	Sob condição de recursos				
1172200	Prestações em Espécie				
1172210	Subsídio de habitação				
	Dos quais:				
1172211	•Habitação social				
1172212	•Outras ajudas à habitação				
1172220	•Subsídio à habitação ocupada				
	pelo proprietário				
1170000	Total das Prestações Sociais				

Quadro 3 · Tipos Elementares de Prestações de Protecção Social.

Valor e número das Prestações e Beneficiários Abrangidos

Gestão:

Código de gestão

Função: EXCLUSÃO SOCIAL - 8

Ano: 2000

Código	Tipos elementares de prestações	Valor das prestações (10 ³ ESC ou EUROS)	Número de beneficiários abrangidos		Número de prestações
			Homens	Mulheres	
1	2	3	4	5	6
1181000	Sem condição de recursos				
1181100	Prestações Pecuniárias				
1181110	Prestações periódicas				
1181111	•Complemento de recursos				
1181112	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1181120	Prestações únicas				
1181121	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1181200	Prestações em Espécie				
1181201	•Lares				
1181202	•Reabilitação de alcoólicos e toxicodependentes				
1181203	•Outras prestações em espécie				
1181300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1182000	Sob condição de recursos				
1182100	Prestações Pecuniárias				
1182110	Prestações periódicas				
1182111	•Complemento de recursos				
1182112	•Outras prestações periódicas pecuniárias				
1182120	Prestações únicas				
1182121	•Outras prestações únicas pecuniárias				
1182200	Prestações em Espécie				
1182201	•Lares				
1182202	•Reabilitação de alcoólicos e toxicodependentes				
1182203	•Outras prestações em espécie				
1182300	•Quotizações sociais reencaminhadas entre regimes				
1180000	Total das Prestações Sociais				

Otras Actividades

PESSOAL REMUNERADO E NÃO REMUNERADO	HOMENS	MULHERES
1	2	3
1. TOTAL (2+3)		
2. PESSOAL NÃO REMUNERADO		
3. PESSOAL REMUNERADO (3.1+3.2+3.3+3.4)		
3.1. Órgãos Sociais		
3.2. Quadros Superiores e Médios		
3.3. Profissionais Qualificados		
3.4. Profissionais Indiferenciados		
4. DO PESSOAL REMUNERADO (LINHA 3), INDIQUE:		
4.1. Pessoal a tempo completo		
4.2. Pessoal a tempo parcial		
5. DO TOTAL DE PESSOAS AO SERVIÇO, INDIQUE O NÚMERO DE PESSOAS:		
5.1. Com contrato permanente		
5.2. Com contrato a termo certo		
5.3. Sem contrato de trabalho		
6. NÚMERO DE HORAS Efectivamente TRABALHADAS DURANTE O ANO:		
6.1. Pelo pessoal remunerado a tempo completo		
6.2. Pelo pessoal remunerado a tempo parcial		

OBSERVAÇÕES: Indique críticas ao questionário, sugestões de alterações, assim como qualquer anotação que julgue necessária para esclarecimento das informações dadas.

**CARIMBO DA
INSTITUIÇÃO
QUANDO O TENHA**

**INDIQUE O NOME, EM MAIÚSCULAS, DA PESSOA A CONTACTAR PARA
EVENTUAIS ESCLARECIMENTOS, ACERCA DO PREENCHIMENTO DESTES
QUESTIONÁRIO**

NOME _____

TELEFONE _____ **E-MAIL** _____

TELEFAX _____

LOCALIDADE _____

DATA ____ / ____ / ____

ASSINATURA _____

Anexo ao Inquérito Anual às Instituições Particulares de Solidariedade Social
Quadro de Utentes por Valências

Lêa atentamente as instruções no verso

[illegible]

(a) A preencher pelo INE.



INQUÉRITO ANUAL ÀS ASSOCIAÇÕES DE
SOCORROS MÚTUOS

ANO A QUE SE REFEREM OS DADOS:

2 0 0 0

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ANTES
DE COMEÇAR A PREENCHER O INQUÉRITO

DATA DA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO:

ANO:

1 1 1 1

MÊS:

1 1

Número de Pessoa Colectiva

1 1 1 1 1 1 1 1

Indique na quadrícula o código da unidade monetária que pretende utilizar na resposta a todos os valores monetários do inquérito

ESCUDOS - 1

☐

EUROS - 2

Não esqueça que a opção que escolheu tem que ser mantida ao longo de todo o questionário

1. ASSOCIADOS POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXOS, EM 31 DE DEZEMBRO

Sexo	Associados Activos							Familiares	
	Total	Com menos de 20 anos	De 20 a 39 anos	De 40 a 59 anos	De 60 a 69 anos	Com 70 ou mais anos	Idade Ignorada		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Homens									
Mulheres									
Ignorado									
Total									

2. ASSOCIADOS EFECTIVOS POR MODALIDADES SUBSCRITAS, PENSIONISTAS, SUBSÍDIOS E PENSÕES PAGOS NO ANO

MODALIDADES	Nº de Associados por modalidades (a)	Nº Pensionistas com pensões pagas no ano	Dos quais com pensões iniciadas no ano	Subsídios e pensões pagos no ano	
				Nº (b)	(10º esc ou Euros)
1	2	3	4	5	6
Prestações					
Pensões de velhice					
Pensões de invalidez					
Pensões de sobrevivência					
Subsídios por morte					
Subsídios de funeral					
Subsídios por acidentes de trabalho ou doenças profissionais					
Capitais vencidos					
Em vida					
Por invalidez					
Por morte					
Prestações - Reg. Profissionais					
Complementares					
Complementos de velhice					
Complementos de invalidez					
Complementos por morte					
Rendas vitalícias					
Prestações Pecuniárias de unidades de saúde					
Med. preventiva, curativa e reabilitação					
Assistência medicamentosa					

(a) Cada associado é contado tantas vezes, quantas as modalidades subscritas

(b) No caso das prestações pecuniárias de unidades de saúde, registe o nº de associados que receberam as prestações em causa

CÓDIGO DAS CONTAS		(10 ³ esc ou Euros)
1	2	3
	ACTIVO	
	IMOBILIZADO	
431/441/6/449	1. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS.....	
	Das quais:	
431	2. Despesas de instalação.....	
441/6	3. Imobilizações em curso.....	
449	4. Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....	
42/441/6/447/448	5. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS.....	
	Das quais:	
441/6	6. Imobilizações em curso.....	
448	7. Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	
41/441/6/447	8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	
	Dos quais:	
411	9. Partes de capital.....	
412	10. Obrigações e títulos de participação.....	
413	11. Empréstimos de financiamento.....	
414	12. Investimentos em imóveis.....	
415	13. Outras aplicações financeiras.....	
441/6	14. Imobilizações em curso.....	
447	15. Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....	
	CIRCULANTE	
32 a 37	16. EXISTÊNCIAS.....	
21/22/24/25/26	17. DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO (18+19+20+23).....	
21	18. Clientes e utentes.....	
24	19. Estado e outros entes públicos.....	
25	20. Associados e beneficiários.....	
251	21. Associados.....	
252	22. Beneficiários.....	
22/26	23. Outros devedores.....	
	Dos quais:	
264	24. Caixa económica c/c.....	
21/22/24/25/26	25. DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO (26+27+28+31).....	
21	26. Clientes e utentes.....	
24	27. Estado e outros entes públicos.....	
25	28. Associados e beneficiários.....	
251	29. Associados.....	
252	30. Beneficiários.....	
22/26	31. Outros devedores.....	
	Dos quais:	
264	32. Caixa económica c/c.....	
15/18	33. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS.....	
	Dos quais:	
18	34. Outras aplicações de tesouraria.....	
11/12/13/14	35. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA (36+37).....	
12/13/14	36. Depósitos bancários.....	
11	37. Caixa.....	
	38. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (39+40).....	
271	39. Acréscimo de proveitos.....	
272	40. Custos diferidos.....	
	41. TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.....	
	42. TOTAL DE PROVISÕES.....	
	43. TOTAL DO ACTIVO (1+5+8+16+17+25+33+35+38-41-42).....	

3 BALANÇO - REFERÊNCIA A 31 DE DEZEMBRO		
CÓDIGO DAS CONTAS		(10 ³ esc ou Euros)
1	2	3
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
	CAPITAL PRÓPRIO	
52	44.Fundo social(a)	
56	45.Reservas de reavaliação	
571	46.Reservas legais	
572	47.Reservas estatutárias	
574 a 579	48.Outras reservas	
59	49.Resultados transitados(a)	
88	50.Resultado líquido do exercício(a)	
	Passivo	
	51.Provisões para riscos e encargos	
28	52.Provisões matemáticas p/ encargos com mod. associativa	
292	53.Provisões para outros riscos e encargos	
21/22/23/24/25/26	54.Dívidas de terceiros - médio e longo prazo(51+52+53+54+57)	
22	55.Fornecedores	
23	56.Empréstimos obtidos	
24	57.Estado e outros entes públicos	
25	58.Associados e beneficiários	
251	59.Associados	
252	60.Beneficiários	
21e26	61.Outros credores	
21/22/23/24/25/26	62.Dívidas de terceiros - curto prazo (59+60+61+62+65)	
22	63.Fornecedores	
23	64.Empréstimos obtidos	
24	65.Estado e outros entes públicos	
25	66.Associados e beneficiários	
251	67.Associados	
252	68.Beneficiários	
21 e 26	69.Outros credores	
	70.Acréscimos e diferimentos	
273	71.Acréscimos de custos	
274	72.Proveitos diferidos	
	73.Total do capital próprio e do passivo(44+45+46+47+48± ±49+50+51+54+62+70)	

(a) Se o valor for negativo inscreva-o entre parêntesis "()"

4		DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	
CÓDIGO DAS CONTAS		(10 ³ esc ou Euros)	
1	2	3	
CUSTOS E PERDAS			
60	1. Custos inerentes a associados(2+3)	_ _	

(b) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de "Produtos acabados e intermédios" (Conta 33) e "Produtos e trabalhos em curso" (Conta 35), tomando ainda em consideração o movimento registado em "Regularizações de existências" (Conta 38)

5 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Contas	MODALIDADES (ver instruções)				TOTAL
1	2	3	4	5	6
70	1. Proveitos inerentes a associados (2+3+4+5+6+7+8)				
701	2. Jóias				
702	3. Quotizações				
703	4. Contribuições dos regimes profissionais complementares				
705	5. Rendas vitalícias				
706	6. Comparticipação na prestação de cuidados de saúde				
707	7. Redução de provisões matemáticas				
708	8. Outros proveitos inerentes a associados				
71/6	9. Outros proveitos operacionais				
78	10. Proveitos e ganhos financeiros				
	11. Subtotal (1+9+10)				
60	12. Custos inerentes a associados (13+14)				
601/6+608	13. Custos de modalidades				
607	14. Aumento de provisões matemáticas				
61/7	15. Outros custos operacionais				
68	16. Custos e perdas financeiras				
	17. Subtotal (12+15+16)				
83	18. Resultados correntes (11-17)				
79	19. Proveitos e ganhos extraordinários				
69	20. Custos e perdas extraordinários				
84	21. Resultados extraordinários (19-20)				
86	23. Imposto sobre o rendimento do exercício				
88	24. Resultado líquido (18+21-22)				

ACTIVO BRUTO

RUBRICAS	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. abater	Saldo final
1	2	3	4	5	6	7
1. Imobilizações incorpóreas						
2. Despesas de instalação						
3. Imobilizações em curso						
4. Adiantamentos por conta de imobil. incorpóreas						
5. Imobilizações corpóreas						
6. Terrenos e recursos naturais						
7. Edifícios e outras construções						
8. Equipamento básico						
9. Equipamento de transporte						
10. Ferramentas e utensílios						
11. Equipamento administrativo						
12. Taras e vasilhame						
13. Outras imobilizações corpóreas						
14. Imobilizações em curso						
15. Adiantamentos por conta de invest. financeiros						
16. Investimentos financeiros						
17. Partes de capital						
18. Obrigações e títulos de participação						
19. Empréstimos de financiamento						
20. Investimentos em imóveis						
21. Outras aplicações financeiras						
22. Imobilizações em curso						
23. Adiantamentos por conta de invest. financeiros						

7. EMPREGO - REMUNERAÇÕES - DURAÇÃO DE TRABALHO									
Grupos Profissionais	Sexo	Nº Médio de pessoas ao serviço durante o ano		Total de remunerações pagas durante o ano		Total de horas de trabalho efectuadas durante o ano			
		A tempo completo	A tempo parcial	Do pessoal a tempo completo	Do pessoal a tempo parcial	Do pessoal a tempo completo	Do pessoal a tempo parcial		
								Número	
1	2	3	4	5	6	7	8		
1. Pessoal Remunerado.....	Homens								
	Mulheres								
1.1. Pessoal de direcção	Homens								
	Mulheres								
1.2. Pessoal administrativo	Homens								
	Mulheres								
1.3. Outro pessoal	Homens								
	Mulheres								
1.4. Pessoal de saúde: (Soma de 1.4.1 + 1.4.2 + 1.4.3).....	Homens								
	Mulheres								
1.4.1. Médicos	Homens								
	Mulheres								
1.4.2. Enfermeiros(as) e parteras.....	Homens								
	Mulheres								
1.4.3. Outro pessoal de saúde	Homens								
	Mulheres								
2. Pessoal Não Remunerado.....	Homens								
	Mulheres								
TOTAL(1+2)	Homens								
	Mulheres								
3. Pessoal em Regime de Prestação de Serviços.....	Homens								
	Mulheres								

